

Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
Departamento de Economia
Ciências Econômicas

Henrique de Freitas Cópio

Polarização política, democracia e economia: análise do cenário brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso

Brasília
2024

Henrique de Freitas Cópio

Polarização política, democracia e economia: análise do cenário brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao programa de graduação em Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Geovana Lorena Bertussi

Brasília
2024

Dedico esse trabalho exclusivamente aos meus pais, Silvane Fonseca de Freitas Cópio e Daniel Cópio.

Mãe, muito obrigado por cuidar de mim como se eu fosse um bebezinho mesmo depois dos meus 20 anos, nunca vou me sentir tão amado por alguém como eu me sentia por você. Seu colo sempre foi o lugar mais seguro do mundo, seu abraço o mais quentinho e seu beijo o mais carinhoso. Não existia problema ou ansiedade que resistisse a 10 minutos deitado ao seu lado. Sempre foi a pessoa mais fofa do mundo, mesmo quando eu tentava te tirar do sério, e a pessoa mais forte do mundo, mesmo quando a doença tentava te tirar a alegria. Obrigado por ser a minha mãezinha guerreira, que me mostrou que é possível sorrir até o último segundo possível, independente das adversidades. Sua gratidão pela vida era inspiradora e, toda vez que lembro do seu sorriso, sinto uma vontade muito grande de viver e ser feliz. Te amo, mamãe! S2

Pai, muito obrigado por ser um verdadeiro herói. O mundo sempre pareceu um lugar muito simples e tranquilo, hoje eu vejo que eu só pensava isso porque tinha você ao meu lado. Sempre suportou todas as responsabilidades, pressões e problemas sozinho para que o resto da família pudesse focar em aproveitar as partes boas da vida. Admiro muito a forma como você priorizava e cuidava da nossa família. Quanto mais o tempo passa, mais eu entendo tudo que você sempre me disse e me ensinou, e percebo tudo que você sempre fez por nós, principalmente pela mamãe. Mesmo sendo um pouco nervosinho às vezes, tinha uma energia contagiante e sempre proporcionava os momentos mais divertidos, ainda mais com uma cervejinha na mão. Você foi o melhor marido e melhor pai possível, tenho muito orgulho de ser seu filho e pretendo me tornar um Danielzinho algum dia. Te amo, papai!

Sinto muito a falta de vocês todos os dias. Queria muito que vocês vissem o Henrique Economista. Mas eu não tenho dúvidas de que vocês estariam muito felizes, orgulhosos e comemorando mais do que eu essa conquista. Depois que perdi vocês, o mundo virou um lugar muito assustador. Me senti completamente perdido e desamparado. Mas, eventualmente, percebi que eu sou a extensão de vocês e sei exatamente o que vocês me diriam em cada ocasião e, portanto, também sei como eu devo seguir a minha vida.

Sendo assim, eu prometo seguir seus ensinamentos e honrá-los de todas as formas possíveis. Prometo ajudar meus amigos e parentes sempre que possível. Prometo ser um profissional correto, honesto e esforçado. Prometo ser um ótimo pai e marido, fazendo de tudo pela minha família. Prometo ser uma pessoa boa, empática e alegre, independente das circunstâncias. Prometo repassar seus ideais e tentar fazer do mundo um lugar melhor. Prometo que vou me tornar um filho do qual vocês teriam muito orgulho. Te amo, papai e mamãe, fiquem com Deus!

Agradecimentos

Entrei na UnB em 2017, pronto para uma nova etapa. Sabia que não seria fácil, mas também não imaginava que enfrentaria tantas dificuldades. Durante esses anos, troquei de curso (comecei na Engenharia Mecatrônica), comecei e terminei relacionamentos, trabalhei em lugares diferentes, morei em outras cidades e perdi meus pais, as duas pessoas que eu mais amava nesse mundo. Por um momento a vida parecia ser resumida em tristezas e dificuldades que nunca acabariam. Pensei em desistir, não só da faculdade, mas de tudo.

Depois de muito tempo, esforço, reflexão, e com a ajuda de muitas pessoas que me amam ao meu redor, consegui persistir e, hoje, minha vontade de explorar as belezas da vida é maior do que nunca. A entrega desse TCC e a conclusão da graduação em economia simbolizam um marco de virada na minha vida. É uma grande conquista e estou me sentindo feliz de um jeito que não sentia há muito tempo, pois sei que meus pais estão muito orgulhosos de mim.

Gostaria de agradecer especialmente minha tia Célia e tio Zé Ronaldo, melhores amigos dos meus pais e pessoas mais próximas e queridas que tenho aqui em Brasília. Após a morte do meu pai, eles foram meu principal ponto de apoio, me ajudaram com tudo que eu precisava e me deram muito amor e carinho. Sou muito grato por meus pais terem escolhido vocês como amigos e, mesmo sem eles por perto, podermos continuar próximos como sempre!

Também gostaria de agradecer ao meu tio Cacá, por ter sido a pessoa que mais cuidou da minha mãe nos seus últimos anos e por ter assumido boa parte das responsabilidades, quando eu não consegui. Ele fez de tudo por mim, pelo meu irmão e pela minha mãe. Apesar do momento que passamos, ele conseguiu unir a família para que pudéssemos seguir em frente. Com certeza ele foi a pessoa mais importante e fez toda a diferença para que eu pudesse estar bem para conseguir me formar. Muito obrigado tio, te amo!

Gostaria de agradecer à minha avó Elza, minha tia Sílvia e minhas primas Marina e Júlia por terem me dado colo e afeto nos momentos em que eu estava mal. Tivemos um convívio intenso durante os últimos anos e sou muito grato por ter tido elas por perto durante os momentos mais difíceis. Gostaria de agradecer também por todo o apoio em relação aos cuidados com a minha mãe, especialmente a minha tia Sílvia.

Além disso, gostaria de agradecer de forma especial ao meu irmão, que esteve ao meu lado esse tempo todo e se manteve forte, muitas vezes mais forte do que eu, mesmo sendo o mais novo. A leveza com que ele consegue levar as coisas se assemelha muito à da minha mãe, acho isso inspirador e aprendo muito com ele todo dia. Fico muito feliz de saber que tenho você como meu irmão e que, independente do que aconteça, sempre poderemos contar um com o outro. Muito obrigado por ser um irmão tão incrível, te amo, menorzinho!

Gostaria de agradecer ao meu amigo Ph, meu melhor amigo há 20 anos. Foi minha

única amizade que acompanhou de fato tudo que aconteceu na minha vida, sofreu junto comigo e sempre esteve presente para me dar forças e apoio. Na verdade, ele é meu irmão já há muito tempo, os últimos anos só reforçaram isso. Muito obrigado por tudo que você fez por mim e conte comigo pra toda a vida. O oceano é vasto, ainda temos muitas aventuras pela frente!

Não poderia faltar o agradecimento à minha amiga e orientadora Geovana. Tentei retomar a faculdade em meio a muitas coisas ruins que estavam acontecendo na minha vida mas não consegui e acabei trancando 2 semestres seguidos. Só consegui voltar à faculdade com a ajuda da Geovana. Ela me deu todo o apoio do mundo e mais um pouco, me ajudou a recuperar as matérias que estavam atrasadas, entrou em contato com outros professores para explicar a minha situação e se ofereceu para ser minha orientadora. Geovana foi um anjo enviado para me ajudar, muito obrigado por tudo, não teria conseguido sem você!

Também gostaria de mencionar em meus agradecimentos o Masashi Kishimoto, criador do anime Naruto. Pode parecer muito bobo, mas nos momentos difíceis eu estava sempre reassistindo a obra de Kishimoto e me inspirando no protagonista Naruto Uzumaki, por ele nunca ter desistido de ser uma boa pessoa, mesmo depois de passar por muito sofrimento, perder seus pais e outros entes queridos. De fato, Naruto moldou meu caráter e me ajudou muito a atravessar os tempos mais complicados da minha vida. Muito obrigado!

Existem muitas outras pessoas a quem eu gostaria de agradecer, sou muito abençoado por ter tantos bons amigos ao meu lado e uma família maravilhosa, tanto por parte de mãe, quanto de pai. O amor e carinho que eu sinto apenas por ter Cópio no meu sobrenome é inexplicável. Também sou grato à minha psicóloga Larissa por toda a ajuda que ela me deu nos últimos anos, as conversas com ela foram muito importantes para que eu pudesse seguir em frente. Então, muito obrigado a todos que me ajudaram e me apoiaram nos últimos anos, todos tiveram uma participação muito importante para que eu pudesse atingir essa grande conquista!

Você não pode esperar até que a vida deixe de ser difícil para decidir ser feliz.

Resumo

A ideia principal dessa monografia é fazer uma análise sobre a relação entre a polarização política, democracia e crescimento econômico. O primeiro capítulo tem como objetivo explicar a polarização como fenômeno, demonstrando de que forma ela pode surgir e se manifestar. Além disso, foi realizada uma revisão literária sobre a polarização política americana, que é historicamente uma das mais relevantes no cenário global e possui uma maior quantidade de estudos para análise. O segundo capítulo é inteiramente dedicado a explicar a polarização no Brasil, também foi utilizada revisão literária para a elaboração desse capítulo. Seu foco principal é mostrar a trajetória política e econômica do Brasil e como ela influenciou no surgimento da polarização política que enfrentamos nos dias de hoje. Por fim, no último capítulo foi feita uma análise sobre a relação da polarização brasileira e sua relação com a democracia, o desempenho econômico e outras variáveis. A base de dados para a elaboração do estudo foi retirada do Eldeman Trust Barometer, The World Bank, Latin American Public Opinion Project (LAPOP Data), V-Dem Institute, e World Value Survey, Quaest e Datafolha.

Palavras-chave: Polarização política, Democracia, Economia, Polarização Ideológica, Polarização afetiva, Petismo, Antipetismo.

Abstract

The main idea of this thesis is to analyze the relation between political polarization, democracy, and economic growth. The first chapter aims to explain polarization as a phenomenon, showing how it can arise and manifest. Additionally, a literature review on American political polarization, historically one of the most significant globally with extensive studies, was conducted. The second chapter focuses on explaining polarization in Brazil, also based on literature review, highlighting the political and economic trajectory of Brazil and its influence on current political polarization. The final chapter analyzes the relationship between Brazilian polarization, democracy, economic performance, and other variables. Data sources for the study include the Eldeman Trust Barometer, The World Bank, Latin American Public Opinion Project (LAPOP Data), V-Dem Institute, World Value Survey, Quaest, and Datafolha.

Keywords: Political polarization, Democracy, Economy, Ideological polarization, Affective polarization, Petismo, Antipetismo.

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Nível de Polarização Política ao redor do mundo	40
Gráfico 2 – Preferência Política no Brasil	41
Gráfico 3 – Polarização Política x Democracia no Brasil	43
Gráfico 4 – Movimentos democráticos x Movimentos autocráticos no Brasil	44
Gráfico 5 – Evolução do posicionamento Ideológico no Brasil	45
Gráfico 6 – Evolução da polarização brasileira em relação a temas ideológicos	46
Gráfico 7 – Polarização política x Crescimento Econômico per capita no Brasil	47
Gráfico 8 – Polarização política x Percepção econômica da população brasileira	49
Gráfico 9 – Índice de confiança no governo brasileiro	50

Lista de tabelas

Tabela 1 – Dados estatísticos sobre a polarização política brasileira	42
---	----

Sumário

1	Introdução	11
2	Polarização, democracia e economia	13
2.1	Polarização afetiva e sua medição	14
2.2	Polarização americana	16
2.2.1	Causas da polarização americana	18
2.2.2	Dados da polarização americana	19
2.3	Ondas de autoritarismo	21
2.4	Processo de autocratização atual	22
2.5	Alternativas para resgatar a democracia	25
2.6	Como a polarização afeta a economia	26
3	Polarização brasileira	28
3.1	Contexto brasileiro	28
3.2	Interação entre o desempenho econômico e a polarização brasileira	30
3.3	Trajectoria da polarização eleitoral brasileira	32
3.4	Perfil da polarização brasileira	35
4	Análise de dados sobre a polarização brasileira	39
5	Conclusão	51
6	Referências Bibliográficas	53

1 Introdução

A polarização política é um tema que está sendo bastante discutido no Brasil nos últimos anos. Por mais que exista uma forte sensação de que a polarização política é uma realidade e está se intensificando, existem poucos estudos sobre o assunto para validar essa percepção. Essa não é uma característica exclusivamente do Brasil, muitos outros países da Europa e da América Latina, principalmente, também estão enfrentando cenários de polarização e ainda possuem poucos estudos acadêmicos para contribuir na análise do problema. Nos Estados Unidos, a polarização vem sendo discutida e estudada há muito mais tempo, por isso suas pesquisas e banco de dados são muito mais completos e servem como modelo para outros países.

No Brasil, a produção de estudos sobre polarização passou a se intensificar após as eleições de 2018. Os artigos de André Bello sobre “Polarização política e voto: o papel das questões morais e econômicas” (2023) e “Polarização política dinâmica: evidências do Brasil” (2023) são duas publicações relevantes sobre o assunto e que contribuíram de forma significativa para aprofundamento do tema. Além disso, os artigos “Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião” (Pablo Ortellado, Marcio Moretto Ribeiro e Leonardo Zeine, 2022) e “Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil” (Mario Fuks, Pedro Henrique Marques, 2022) também foram fundamentais para a análise do assunto. Visto que a primeira parte dessa monografia é constituída de uma revisão literária, a presença de estudos recentes permite que o esse trabalho seja bem atualizado e adequado para retratar de forma mais precisa o cenário da polarização brasileira. Outros estudos, nacionais e internacionais, de diversas áreas também foram utilizados na produção dos primeiros capítulos da monografia.

No primeiro capítulo, buscou-se explicar o que é polarização e quais são os fatores intrínsecos ao ser humano que favorecem o surgimento desse fenômeno. Em seguida, apresenta-se as diferenças entre polarização afetiva e ideológica e, ainda, quais as principais técnicas utilizadas para fazer a medição dos indicadores de polarização afetiva. Após essas explicações, é apresentada uma análise sobre a polarização americana, abordando toda sua trajetória, principais causas e dados relevantes. Também é levado em consideração nesse capítulo o cenário mundial da polarização, descrevendo quais foram as últimas ondas de autocratização, qual o perfil da onda atual e sugerindo alternativas gerais para diminuir a polarização e interromper o processo de degradação democrática.

O segundo capítulo é todo focado na polarização política brasileira. Ele começa explicando sobre o contexto político e econômico do Brasil nos últimos anos e em seguida mostra como o desempenho econômico e a trajetória política brasileira se relacionam com a polarização. Por fim, por meio de revisão literária, busca-se explicar quais as características da polarização brasileira. Diferentemente dos Estados Unidos, a polarização brasileira possui um caráter muito mais afetivo e não está concentrada em partidos. A polarização

brasileira tem o Partido dos Trabalhadores (PT) e o antipetismo (movimento contrário ao PT) como protagonistas e é influenciada por fatores externos de uma forma muito mais dinâmica que nos Estados Unidos.

No último capítulo, utilizamos várias bases de dados para elaboração de gráficos e tabelas que pudessem auxiliar nas nossas próprias análises sobre a polarização. Primeiramente, foi investigada a relação entre desempenho econômico, democracia e polarização. Apesar de ser uma análise complexa, foi possível identificar algumas relações interessantes entre essas variáveis ao longo do tempo. Também foi possível chegar a conclusão de que o perfil da polarização brasileira é muito mais afetivo do que ideológico e que a confiança no governo e nas instituições também é um fator relevante que impacta na divisão da sociedade.

2 Polarização, democracia e economia

Segundo o próprio dicionário, polarização pode ser simplesmente entendida como a divisão de uma sociedade em dois pólos de pensamentos acerca de um determinado tema. A polarização política, logo, ocorre quando o espectro político deixa de conter uma vasta gama de ideologias e passa a representar apenas o embate entre duas correntes de pensamentos principais.

Existiram diversos outros momentos de polarização política ao longo da história, tanto internamente dentro de países específicos, quanto entre blocos de países. Entretanto, hoje vivemos um momento sem precedentes de polarização generalizada ao redor do mundo. Dessa forma, vamos analisar quais as explicações para a ocorrência desse fenômeno e quais os seus possíveis efeitos na sociedade atual.

Inicialmente, é importante voltar no tempo para entender um pouco sobre a própria natureza biológica do ser humano e como ela pode explicar certos comportamentos adotados no cotidiano. Há algumas centenas de milhares de anos, os primeiros seres humanos viviam em um ambiente extremamente hostil e sua única preocupação era a sobrevivência e reprodução. Além disso, o ser humano só consegue ser autossuficiente em relação à sua sobrevivência no início da sua fase adulta. Enquanto bebê, não consegue fazer muito e, por isso, não sobreviveria sem sua mãe para fornecer alimentos e proteção. Quando crianças, mesmo que já consigam contribuir com algumas coisas, continuam extremamente frágeis e dependentes de outros indivíduos. Sendo assim, pode-se dizer que o ser humano foi feito para estar em grupos. Não é apenas uma questão de pertencimento ou troca de conhecimento, fazer parte de um grupo é instintivamente uma questão de sobrevivência e, por isso, tomamos muitas atitudes de forma inconsciente em prol desse objetivo até os dias de hoje.

De acordo com o artigo “O líder narcísico e o grupo” (2023), do psicanalista Igor Alexandre Capelatto, para ser aceito em um grupo, era necessário demonstrar lealdade aos participantes do grupo e, principalmente, aos líderes. Para isso, era preciso estar bem alinhado com as regras, crenças e ideais da comunidade, muitas vezes sendo necessário renunciar às próprias vontades e individualidades. Logo, a antropologia nos mostra, por meio desse raciocínio que, ao longo de milhares de anos de evolução, nosso cérebro foi treinado para encontrar um grupo e se manter fiel a seus valores, mesmo que isso custe a nossa individualidade. Por mais que a opinião de alguém sobre certo tema seja distinta, ir de encontro às ideias de seu grupo é algo muito incômodo e, assim, muitas vezes os pensamentos de um grupo são extremamente padronizados.

Ainda segundo o pesquisador, na antiguidade, fazia todo o sentido agir dessa forma, pensando na sobrevivência. Entretanto, em um mundo globalizado no cenário atual, onde as pessoas estão extremamente conectadas por meio da mídia digital, a lealdade irracional a grupos e a padronização de opiniões em larga escala pode trazer desdobramentos negativos

e ser perigosa para a sociedade.

2.1 Polarização afetiva e sua medição

A polarização política afetiva simboliza o atual movimento de antagonismo político que se desenvolve na sociedade tendo muito mais relação com afeto do que com uma avaliação racional do governo e de políticas públicas. Um bom representante político passa a ser analisado pelo que ele representa e não pelos seus feitos e propostas. Dessa forma, um líder é escolhido pelo sentimento de identificação da população e, como pouco importam as características técnicas de seu governo, o componente de militância emocional sobrepõe-se à oposição democrática racional no debate político.

No livro *“Follow the Leader? How Voters Respond to Politicians’ Policies and Performance”*, escrito por Gabriel S. Lenz, professor de ciência política na Universidade da Califórnia, é abordada a capacidade dos eleitores de avaliar adequadamente os políticos e suas políticas. Segundo o autor, é mais provável que os políticos direcionem os eleitores para suas linhas de pensamento do que o contrário. Isso acontece pois, em muitas ocasiões, os eleitores parecem escolher o seu candidato ou partido preferido no início do processo eleitoral e só depois ajustam suas próprias preferências de políticas com base no posicionamento adotado pelo seu partido ou candidato político.

Ao longo do livro o autor utiliza um modelo de painel triplo para escapar da endogeneidade em suas análises, porém ele parece subestimar um pouco a sofisticação do pensamento político dos eleitores. De qualquer forma, sua visão sugere uma abordagem mais expansiva do papel do eleitorado nas eleições democráticas e, também, corrobora com a ideia de que o ser humano ainda segue alguns de seus instintos de sobrevivência, se mantendo fiel aos ideais de seu grupo e deixando sua individualidade de lado.

Em um artigo publicado na *Annual Review of Political Science de 2018*, chamado *“The Origins and Consequences of Affective Polarization in the United States”*, foram apresentadas pelos pesquisadores três técnicas principais para medir a polarização afetiva: autorrelatos de afeto partidário em pesquisas de opinião, testes implícitos ou subconscientes de viés partidário e medidas comportamentais de confiança interpessoal e favoritismo/discriminação de grupo com base em indicadores partidários.

Os autorrelatos de partidarismo em pesquisas são a técnica mais básica e amplamente utilizada para medir a polarização afetiva. Pesquisadores perguntam aos respondentes como eles se sentem em relação aos partidos políticos utilizando muitas vezes perguntas tipo Escala Likert de classificação por meio de balanças de sentimentos (*“feeling thermometer”*). Esse modelo de coleta de dados é uma técnica de pesquisa muito usada para medir atitudes e opiniões subjetivas. Na escala Likert, os respondentes são solicitados a indicar seu grau de concordância ou discordância em relação a uma afirmação, em uma escala que varia de *“discordo totalmente”* a *“concordo totalmente”*.

Além disso, os acadêmicos geralmente usam a questão do “termômetro de sentimentos” da American National Election Study (ANES) para medir atitudes partidárias relacionadas ao contexto americano. Esse método é frequentemente utilizado porque é fácil de medir e fornecer uma medida simples de sentimento político que é útil em diversas aplicações teóricas e empíricas.

Os autorrelatos são úteis por serem fáceis de administrar e interpretar, além de serem um bom indicativo da força do sentimento partidário nos respondentes. No entanto, essa abordagem tem algumas limitações, pois as pessoas podem não se sentir à vontade para declarar abertamente seus sentimentos políticos, especialmente se eles forem muito extremos. Além disso, as pessoas podem não estar cientes dos seus próprios preconceitos, tornando essas técnicas menos confiáveis para mensurar o nível real de polarização afetiva.

Já os testes implícitos ou subconscientes de preconceito partidário são projetados para medir a associação automática que as pessoas têm com diferentes grupos partidários. Um dos testes implícitos mais utilizados é o Teste de Associação Implícita (IAT), que solicita aos participantes que associem palavras ou imagens em uma série de tarefas mais rapidamente do que em outras séries, medindo assim a velocidade com que os participantes associam um grupo político a palavras positivas ou negativas.

Os pontos positivos do teste implícito são que ele pode evitar o enviesamento da resposta do entrevistado e lidar com aspectos subconscientes da resposta. No entanto, os pontos negativos incluem que esses testes podem ser difíceis de administrar, não permitem ocorrência natural e podem não ser consistentes na medição do que está sendo pretendido.

As medidas comportamentais de confiança interpessoal e favoritismo/discriminação de grupo com base em indicadores partidários são projetadas para fornecer uma medida objetiva do preconceito partidário. Essas medidas baseiam-se na premissa de que as pessoas tendem a favorecer os membros do seu próprio grupo e discriminar os membros do grupo adversário.

Essas medidas geralmente envolvem jogos econômicos em que os participantes podem escolher a quantidade de dinheiro que desejam atribuir a outro participante, com base em sua afiliação partidária. Por exemplo, esses jogos podem definir uma situação em que um participante escolhe quanto dinheiro deseja compartilhar com um jogador que é do mesmo partido do que com um jogador de um partido diferente.

Normalmente os resultados advindos desse método são relevantes, pois eles são baseados em ações, o que pode aumentar a validade das medidas e, ao mesmo tempo, fornecer informações sobre as implicações práticas do preconceito partidário. No entanto, de forma geral, sua realização é cara e difícil de administrar em grande escala.

2.2 Polarização americana

Os Estados Unidos se tornaram independentes da Inglaterra em 1776, se tornando a primeira República Federal Presidencialista do mundo. Sua constituição tinha como inspiração as ideias presentes no “Bill of Rights”, que valorizavam as liberdades individuais, o livre comércio, o direito à propriedade. Além disso, para evitar movimentos autoritários, implementou o modelo de divisão entre três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) defendido por Montesquieu. E atribuiu ao cargo de Presidente dos Estados Unidos o mais alto cargo político do país, exercendo tanto as funções do chefe de Estado quanto de chefe de governo.

Pela relevância política e econômica global, a democracia americana é, muitas vezes, considerada uma das mais importantes do planeta. Seu sistema eleitoral é majoritário e não representativo como no Brasil, ou seja, quem possui a maioria dos votos em determinado Estado, fica com todos os votos desse estado, mesmo que seja uma diferença mínima entre os candidatos.

De acordo com o estudo “L’Influence des systèmes électoraux sur la vie politique”, do sociólogo francês Maurice Duverger, esse tipo de sistema favorece a divisão do espectro político em um sistema bipartidário. Esse fenômeno observado na década de 50 foi chamado de Lei de Duverger, entretanto não pode ser um efeito considerado como absoluto, visto que alguns países, como Escócia, Canadá e Índia apresentam ou já apresentaram um sistema multipartidário mesmo em um modelo eleitoral majoritário.

Todavia, é tido como consenso que o sistema majoritário retarda a aparição de novas forças políticas e acelera o desaparecimento de partidos em declínio. Uma vez que partidos menores não são competitivos para vencer a eleição, a população prefere realizar um voto útil em algum partido com chances reais, mesmo que não se identifique tanto com o candidato. Dessa forma, é possível afirmar que esse modelo favorece a polarização política entre duas forças principais.

Nos Estados Unidos, a força política está dividida entre Democratas e Republicanos e, ao longo dos últimos anos, a rivalidade entre esses dois partidos veio se tornando cada vez mais agressiva. Especificamente nos EUA, o partidarismo é um identificador muito poderoso por alguns motivos principais. O primeiro é o fato de que desde muito jovem os americanos já possuem um partido bem definido e se envolvem bastante na política. Além disso, de acordo com uma pesquisa de (Sears 1975), os americanos raramente vão transitar entre partidos ao longo da vida, mesmo passando por diversas mudanças pessoais. A alta frequência de campanhas de longa duração também contribuem para que os cidadãos vejam o mundo por meio de um prisma partidário.

Dentro desse contexto, a partir do momento em que uma pessoa define seu partido político, seu mundo passa a ser dividido entre um dentro do grupo (seu próprio partido) e um fora do grupo (partido oposto). Uma vasta literatura em psicologia social demonstra que

qualquer distinção entre grupo interno/externo, mesmo aquela baseada nas características compartilhadas mais triviais, desencadeia tanto sentimentos positivos para o grupo interno quanto avaliações negativas do grupo externo (Billig & Tajfel 1973). Sendo assim, quanto mais saliente for o grupo para o sentido de identidade pessoal, mais fortes serão essas divisões intergrupais. (Gaertner et al. 1993).

Ao longo de muitos anos, a ciência política estudou a polarização americana como sendo a diferença entre as posições políticas dos Republicanos e dos Democratas (Fiorina et al. 2005). Abramowitz & Saunders realizaram um estudo em 2008 apontando que a população média se tornou mais ideologicamente polarizada nos últimos anos. Segundo os pesquisadores, entre 1972 e 2004 a distância entre a autopercepção ideológica de Democratas e Republicanos não-ativistas praticamente duplicou. Entretanto, existe um desacordo acadêmico sobre essa questão, visto que para alguns pesquisadores, o cidadão médio continua tendo um posicionamento mais central na maioria das questões (Fiorina et al. 2008).

Em vez de tomar partido nesse debate, entendo que é mais importante focar na análise e distinção entre a polarização afetiva e a ideológica. A polarização ideológica possui um caráter racional, ou seja, existe um embate entre dois grupos com convicções e ideais distintos a respeito de determinado tema. Já a polarização afetiva está ligada a um componente emocional e acontece quando grupos opostos se formam contagiados por sentimentos e emoções. De acordo com Iyengar et al. (2012) e Mason (2015), a polarização afetiva não necessariamente requer o extremismo nas opiniões temáticas. De fato, em alguns casos, pode ocorrer o oposto, em que a polarização afetiva aumenta enquanto as divisões ideológicas diminuem (Levendusky & Malhotra 2016a). Embora haja conexões importantes entre polarização afetiva e ideológica (Abramowitz & Webster, 2016), são conceitos que apresentam diferenças teóricas e empíricas distintas.

Nos últimos anos, a polarização entre partidos tem sido intensificada e isso tem levado a animosidade entre os membros dos partidos políticos. Isso se deve a várias características do ambiente contemporâneo, que exacerbam a propensão dos partidários para dividir o mundo em um grupo apreciado (o próprio partido) e um grupo externo não apreciado (o partido adversário).

A classificação dos partidários que se identificam com o partido que mais reflete sua ideologia tem aumentado constantemente nos últimos 50 anos. Isso é acentuado pelo fato de que a maioria dos democratas é liberal, enquanto a maioria dos republicanos é conservadora, tornando menos provável que os copartidários se envolvam e combatam ideias conflitantes. Isso leva as pessoas a perceberem tanto os partidários opostos como os copartidários como mais extremos do que realmente são, embora as percepções sobre os partidários opostos sejam mais acentuadas.

À medida que as identidades partidárias e ideológicas se tornam cada vez mais alinhadas, outras identidades sociais, como raça e religião, também convergem com o

partidarismo. Isso contribui para a polarização afetiva, que leva aqueles com identidades partidárias e ideológicas consistentes a se tornarem mais hostis em relação ao partido externo sem necessariamente mudarem suas posições ideológicas. Além disso, aqueles que alinham identidades religiosas, raciais e partidárias reagem mais emocionalmente a informações que ameaçam suas identidades partidárias ou posturas. Em essência, a classificação tornou mais fácil para os partidários fazerem inferências generalizadas sobre o lado oposto, mesmo que essas inferências sejam imprecisas. Alguns estudos concluíram que a polarização ideológica também afeta a polarização afetiva. O aumento da extremidade ideológica e da restrição ideológica são ambos associados a um afeto partidário mais forte.

2.2.1 Causas da polarização americana

O ambiente midiático e os canais de comunicação partidários são fortemente responsabilizados pelo atual ambiente polarizado por diversos estudiosos (por exemplo, Lelkes et al. 2017). Esses canais partidários são responsáveis por retratar seus adversários de forma exagerada, comparando-os com grupos extremos nazistas e comunistas e focando a atenção em escândalos externos à política de forma desproporcional. Dessa forma, a mídia é capaz de criar uma imagem distorcida de cada partido, ativando um sentimento de hostilidade entre os grupos políticos (Puglisi e Snyder 2011).

Por mais que seja um consenso entre a maioria dos especialistas, não é completamente comprovado que as notícias partidárias disseminadas pela mídia sejam as principais responsáveis pela polarização afetiva. No entanto, Levendusky (2013) conclui que a exposição a notícias partidárias afeta principalmente a parcela da população já polarizada, tornando aqueles com posicionamentos extremos ainda mais extremos.

A relação entre a polarização afetiva e o acesso à internet também é extremamente relevante. Em seu estudo de 2017, Lelkes encontrou uma relação positiva entre acesso à internet e a polarização, entretanto, no mesmo ano, Boxell concluiu em seu estudo, *“Is the Internet Causing Political Polarization? Evidence from Demographics”*, que a polarização afetiva foi maior entre pessoas com menor probabilidade de utilizar as redes sociais e a internet. Embora ainda seja um pouco cedo para tirar conclusões sobre o impacto desse fator na polarização, sabemos que cada vez mais as redes sociais estão presentes na vida das pessoas e, com o avançar da tecnologia e de seus algoritmos, o potencial impacto causado na polarização afetiva deve ser reavaliado.

Mesmo que o ambiente midiático disponha de opções de programas televisivos a cabo e de conteúdo em redes sociais para pessoas desinteressadas em política, existem outras maneiras de se expor a conteúdos partidários. Uma dessas maneiras é o aumento do tempo que as pessoas passam on-line e em sites de redes sociais, o que permite uma exposição inadvertida a conteúdos polarizados compartilhados por suas redes de contato (Bakshy 2015). Além disso, as pessoas podem ser indiretamente expostas a conteúdos

noticiosos partidários em discussões com amigos, conhecidos e familiares. Druckman (2018) selecionou aleatoriamente sujeitos que assistiram a mídia partidária e participaram posteriormente de discussões com aqueles que não foram expostos aos estímulos. Como resultado, os grupos que assistiram aos estímulos apresentaram significativamente mais polarização ideológica do que os que não estavam nesses grupos. Sendo assim, o resultado sugere que os meios de comunicação partidários e outros meios de comunicação relacionados podem desempenhar um papel mais significativo do que se pensava anteriormente, pois suas mensagens podem ser amplificadas pelas redes sociais e pelos fluxos de comunicação.

Os comentários partidários não são o único tipo de conteúdo mediático que pode polarizar os americanos. A grande mídia tem se concentrado cada vez mais na polarização. De acordo com uma análise de conteúdo, existem hoje cerca de 20% mais histórias sobre polarização na América do que na virada do século XXI (Levendusky & Malhotra 2016). Evidências experimentais sugerem que a cobertura da polarização aumenta a polarização afetiva, mas diminui a polarização ideológica (Levendusky & Malhotra 2016).

2.2.2 Dados da polarização americana

Em 1960, por meio de uma pesquisa de autorrelato, foi constatado que apenas 4-5% da população americana ficaria chateada com o casamento dos seus filhos com alguém de um partido diferente, mas essa porcentagem aumentou para um terço dos democratas e metade dos republicanos em 2010 (Iyengar et al., 2012, pp. 416-418). No entanto, Klar et al. (2018) mostram que as medidas de distância social confundem o preconceito partidário e a aversão à política: quando as pessoas são questionadas sobre o casamento de seu filho com alguém do partido oposto, elas assumem que o partidarismo é uma parte importante da identidade dessa pessoa. Quando os entrevistados são informados previamente de que o possível cônjuge é em grande parte apolítico, a oposição à união cai acentuadamente.

Será que os comportamentos dos americanos condizem com suas declarações sobre não desejar se relacionar com pessoas de partidos políticos opostos? Pesquisas observacionais têm há muito tempo apresentado dados que mostram que os casamentos são muito mais politicamente homogêneos do que a aleatoriedade do acaso explicaria (Stoker, 1995). Esse resultado foi confirmado em arquivos de eleitores em larga escala, os quais demonstraram que 80,5% dos casais casados compartilham a mesma identificação partidária (Iyengar et al., 2018). A seleção do parceiro/parceira, em vez da convergência ao longo do tempo, é a explicação para este acordo conjugal.

Pesquisas ainda apontam que a afiliação política influencia a forma como as pessoas enxergam o estado da economia, além de afetar suas decisões econômicas. Uma descoberta seminal na pesquisa de comportamento político é que as pessoas tendem a visualizar resultados econômicos de forma mais favorável quando o partido ao qual pertencem está

no poder e menos favorável quando não está (Bartels, 2002). Estes vieses perceptivos são mais evidentes quando a situação real da economia é ambígua (Healy e Malhotra, 2013).

Após os Democratas assumirem o Congresso em 2006, os Democratas mais engajados aumentaram os gastos com férias em 12,8% e os gastos com viagens em 30,5% em relação aos Republicanos mais engajados. Gerber & Huber (2009) usaram dados das receitas fiscais do condado em um estudo anterior para estimar que um condado que evolui de 50% Democrata para 65% Democrata experimenta um aumento no consumo 0,9% superior após uma vitória presidencial Democrata em comparação com uma vitória presidencial Republicana. No entanto, esses resultados empíricos foram recentemente questionados (McGrath 2017) e a relação entre partidarismo e percepções econômicas continua sendo um tópico de grande interesse acadêmico.

Também há evidências de que a polarização afetiva e a animosidade externa alimentam a atividade política: a antipatia dos indivíduos pelo partido adversário incentiva-os a participar mais na política (Iyengar & Krupenkin 2018). Além disso, Hetherington & Rudolph (2015) mostram que a polarização afetiva mina a confiança por parte do partido que está fora do poder. Portanto, esses dois fatores tornam o ato de governar mais complexo.

Os estudiosos demonstraram, que corrigir percepções equivocadas sobre apoiadores do partido seria eficiente para reduzir a polarização afetiva entre os lados envolvidos (Ahler & Sood 2018). Embora o membro modal de ambos os partidos seja um cristão branco, não evangélico e de meia-idade, essa não é a imagem que a maioria das pessoas tem quando se pensa em Democratas e Republicanos. A maioria das pessoas pensa em termos de estereótipos partidários, nos quais os Democratas são minorias urbanas e jovens, enquanto os Republicanos são cristãos mais velhos, ricos ou evangélicos. Portanto, quando o americano típico é perguntado sobre a composição dos partidos, ele tende a exagerar drasticamente a presença de grupos estereotipados partidários. Por exemplo, apenas cerca de 11% dos Democratas pertencem a sindicatos, mas numa grande pesquisa nacional, o americano médio pensava que 39% dos Democratas eram membros de sindicatos, e 44% dos Republicanos junto com 37% dos democratas tinham essa percepção. Da mesma forma, apenas 2,2% dos Republicanos ganham mais de US\$ 250.000 por ano, mas o cidadão médio pensava que 38% dos Republicanos ganhavam tanto assim (Iyengar et al. 2019).

Os partidarismos parecem comprometer as normas e os padrões aplicados aos representantes eleitos, levando a questionamentos sobre a legitimidade dos resultados eleitorais e ameaçando os próprios fundamentos da democracia representativa. Logo, corrigir percepções erradas sobre composição partidária pode reduzir a polarização afetiva. Tal como sugerido anteriormente, quando as percepções equivocadas são corrigidas, há uma redução no animus partidário. Portanto, a polarização política pode afetar as instituições democráticas, sendo crucial continuar a investigar maneiras de construir consensos e reduzir a polarização.

2.3 Ondas de autoritarismo

Segundo o artigo *“A third wave of autocratization is here: what is new about it?”*, de Anna Lührmann e Staffan I. Lindberg, o melhor termo para descrever o processo gradual de declínio dos traços do regime democrático é autocratização. A autocratização não necessariamente transforma um governo democrático em autoritário, ela pode apenas afetar as instituições, regras e práticas de um país, com o objetivo de aumentar o poder do executivo, ou do governo de forma geral, limitar a participação política ou os direitos civis, e minar outras características consideradas democráticas, como a liberdade de imprensa e o respeito pelos direitos humanos. Muitas vezes, a autocratização ocorre sob a aparência de atender ao funcionamento regular das instituições democráticas, mas, na verdade, corrói gradualmente as próprias bases da democracia.

A primeira onda de autocratização ocorreu entre 1922 e 1942, em um período entre guerras de grande instabilidade econômica e incerteza política. Já a segunda onda surge em um momento político da Guerra Fria, cuja lógica de bipolaridade e confronto ideológico, levou muitos regimes a desenvolver uma pura competição pela manutenção do poder, muitas vezes através de práticas autocráticas. Por fim, a terceira onda teve início em 1994 e se estende até os dias atuais.

Ao longo das duas primeiras ondas autocráticas, foram registrados 94 episódios de avanços autoritários, sendo 32 na primeira e 62 na segunda. Esses episódios puderam ser classificados entre três diferentes categorias: golpes militares, invasões estrangeiras e autogolpes. A tomada de poder militar foi o responsável pela maior quantidade de episódios, totalizando 39% dos casos, já o autogolpe, que ocorre quando um governo eleito de forma legítima resolve abolir as normas e instituições democráticas, representou 32% dos episódios e, por fim, a tomada de poder por meio de invasões estrangeiras totalizaram 29% do total. Todas essas categorias são vistas como formas clássicas de autocratização, em que o acesso ao poder é obtido de maneira repentina e ilegal.

A atual terceira onda de reversão democrática ainda tem uma presença considerável de golpes militares, cerca de 30% do total dos episódios. Entretanto, a maior parte dessa onda, 70% de seu total, foi caracterizada por um novo processo de erosão democrática, não presente nas primeiras. Este é um processo gradual de erodir as normas democráticas sem abolir instituições democráticas chave. Na maior parte, os líderes que buscam essa forma de autocratização chegam ao poder por meios legais, principalmente através de eleições, e depois enfraquecem gradualmente os valores democráticos, como a liberdade de imprensa e a independência judicial. Essa nova forma de busca pelo poder autoritário é mais sorrateira e pode ser difícil de detectar e reverter. Portanto, a terceira onda é diferente das duas primeiras ondas em que a série gradual de declínios democráticos caracterizam os episódios autocráticos mais do que a violência abrupta e a violação das instituições democráticas.

Esse processo é evidenciado ao longo do artigo por meio da análise de dados feita pelos autores. De acordo com esses dados, percebe-se que os processos de transição autoritárias atuais são cerca de 4x mais lentos e tem um impacto nas instituições democráticas cerca de 2,5x menor ao final de todo o processo. Os países que estão passando por episódios de autocratização na atualidade, também foram deixados em um patamar 3,5x mais democráticos no final de seus processos. Todavia, ainda assim, 18 dos 33 casos de progresso autoritário em democracias na terceira onda resultaram em colapsos democráticos completos e transição para o autoritarismo. Apenas 5 processos foram interrompidos antes do colapso democrático e 10 processos continuavam em andamento.

Ainda segundo o artigo *“A third wave of autocratization is here: what is new about it?”*, existe uma correlação positiva estatisticamente significativa entre a quantidade de democracias existentes e os processos de autocratização, ou seja, quanto mais democracias existem no mundo, maior é a quantidade de movimentos autoritários também. Com base nessas análises, eles argumentam que o otimismo em relação à democracia do início dos anos 1990 (quando se falava do fim da história) foi prematuro, mas que ainda é cedo para declarar o fim da democracia atualmente.

Ao final do artigo, o autor chega a várias conclusões relevantes. A primeira é que uma terceira onda de reversão democrática está em curso, caracterizada por processos gradualistas e sorrateiros. A segunda é que a democracia liberal nunca foi tão amplamente espalhada quanto se pensava depois do fim da Guerra Fria. A terceira é que, em países que anteriormente passaram por ondas de democratização, as atuais reversões são relativamente mais suaves e lentas. Finalmente, os autores concluem que um melhor conhecimento das características da atual onda de reversão autocrática pode ajudar na formulação de estratégias para combatê-la e deter países que buscam instaurar regimes autoritários.

2.4 Processo de autocratização atual

Ao longo dos últimos anos, foram realizadas inúmeras pesquisas sobre a saúde das instituições democráticas ao redor do mundo, as quais identificaram um grave processo de erosão democrática inclusive em países cujo sistema sempre foi considerado estável. Inicialmente, esse processo de autocratização pode ter sido considerado como pontual e isolado mas, atualmente, já sabemos que esse movimento configura um cenário grave e progressivo ao redor de diferentes partes do globo. Esse movimento autoritário é muito bem explicado no livro de Daniel Ziblatt e Steven Levitsky, *“Como as Democracias Morrem” (2018)*. Nessa obra também é possível perceber que fatores de instabilidade econômica, política e social despertaram discursos e práticas antidemocráticas que estão colocando em risco a legitimidade das instituições de representação política do sistema atual.

Diferentemente de outros processos de autocratização que ocorreram no passado, principalmente no início do século XX, com a ascensão do Nazismo e do Fascismo, o

processo atual está acontecendo de forma muito mais sutil e gradual, sem a presença de forças armadas e sem necessidade de utilizar de coerção. Estamos passando por um processo de subversão institucional e social o qual se desenvolveu internamente dentro da própria dinâmica da democracia. Segundo David Runciman (2018), a democracia ocidental está passando por uma crise de meia-idade, sugerindo que tanto pode ser uma coisa passageira, como também pode ser algo fatal a esse modelo.

Essa percepção de que existe um movimento de erosão democrática é sustentada também por meio de alguns indicadores os quais demonstram a queda da confiança nas instituições democráticas e seus representantes, o crescimento do absenteísmo eleitoral e o decréscimo de identificação partidária entre a população. Por mais que esses indicadores reflitam um sinal de mal-estar democrático, não necessariamente existe um posicionamento relevante que indique que uma grande parte da população é contra o sistema democrático. Na verdade, existe apenas uma grande rejeição às instituições tradicionais, aos representantes políticos e à forma burocrática e sem transparência com que a política se desenrola no modelo atual.

Segundo Castells (2018) a “política do escândalo” foi uma das grandes responsáveis pela autodestruição da legitimidade do sistema político. Os participantes políticos passaram a se preocupar muito mais em utilizar as mídias para explorar as acusações de seus adversários, do que para promover sua própria campanha e suas propostas. Dessa forma, a presença constante de escândalos de denúncias, principalmente acerca de corrupção, envolvendo os principais partidos políticos que formam a disputa eleitoral, acabaram deteriorando as democracias liberais e promovendo a ascensão de *outsiders* políticos, como Trump e Bolsonaro.

Embora alguns autores entendam que o sistema democrático é intrinsecamente muito burocratizado, Castells (2018) afirma que existem sim alternativas para gerar mais identificação entre eleitores e governantes e que a crise atual da democracia é um reflexo de como o modo de fazer política atual, que deixa de lado as demandas imediatas da população para atender interesses corporativos e políticos, está caminhando para a falência. Segundo Castells, grandes empresas de tecnologia, como Google e Facebook, possuem um poder maior que o de um presidente, pois são capazes de exercer uma influência muito maior na população do que o próprio Estado. Enquanto o mundo sofreu diversas transformações e se adaptou às novas tecnologias, o sistema político permaneceu quase que imóvel, operando de forma extremamente burocrática, distante das mídias sociais e, conseqüentemente, distante da população.

Até o ano de 2014, Mounk (2019) acreditava na existência de um “tecno-otimismo”, uma vez que as novas tecnologias e redes sociais seriam capazes de proporcionar maior inclusão e participação política entre os cidadãos, assim como poderia disseminar a liberdade de expressão. Todavia, atualmente, prevalece a visão “tecno-pessimista”, em que a participação da tecnologia do cenário político é vista como extremamente prejudicial. A

disseminação de fakenews e de discursos de ódio são frutos diretos da falta de controle e regulação dentro das mídias e são grandes responsáveis pela polarização política e pela erosão democrática que vivemos.

O atual processo de declínio do sistema democrático também está diretamente ligado a questões de instabilidade econômica. A crise de 2008, última grande crise do sistema capitalista, foi responsável por gerar grandes cortes de gastos públicos, elevar os níveis de desemprego e levar milhões de pessoas a uma situação de pobreza. Esse panorama de recessão, em que as pessoas se encontravam frustradas e desesperançosas, provocou um sentimento de raiva e de desconfiança em relação ao sistema político tornou propício o surgimento de líderes populistas que se diziam contra o modelo político atual.

Do jeito que a política é feita nos dias de hoje, tornou-se comum que as elites políticas, ao perceberem o surgimento de um *outsider* populista que consegue atrair eleitores com esse sentimento rebelde em relação ao sistema, tentem transformá-lo em um aliado. A ideia é domesticar uma pessoa com grande influência popular, para que seja um candidato com grande potencial de vitória nas eleições e que, eventualmente, possa implementar as políticas do partido. Entretanto, essa é uma atitude perigosa é irresponsável, que entrega poder a uma liderança popular antissistema e coloca toda a democracia em risco. A ascensão de Hitler na Alemanha e de Mussolini na Itália são exemplos claros de como esse processo não funciona e pode gerar consequências severas em larga escala.

Segundo o livro de 2016 *“What is Populism?”*, do professor Jan-Werner Müller, entende-se como uma figura populista política aquele que apresenta soluções simples para problemas complexos, falando exatamente o que os cidadãos desejam escutar. Ademais, adotam discursos inflamados contra as elites políticas e o sistema, como se não fizessem parte dele, e reivindicam a representação do povo. Dessa forma, são capazes de reunir a parcela mais revoltada da população em torno da ideia de que as próprias instituições democráticas representam uma barreira para alcançar um melhor funcionamento da sociedade. Ou seja, vem ganhando força ao redor do mundo e, principalmente no Brasil, o populismo autoritário, onde as normas e instituições do jogo democrático são dispensadas e sobrepostas pela vontade popular.

Segundo Marcelo Moreira em seu artigo “Salvar a democracia! Possibilidades e limitações da literatura sobre a crise da democracia” (2020), grande parte desses grupos são formados por reacionários de extrema-direita cuja pauta remete ao retorno da estrutura familiar e dos costumes tradicionais, em resposta ao avanço das reivindicações das minorias nos últimos anos. Além disso, na Europa e nos Estados Unidos, a questão da imigração também representa uma pauta polarizada e relevante. O medo de que os imigrantes se tornem uma maioria em relação ao “povo original” e imponham suas vontades é utilizado para capitanear os grupos reacionários e bota ainda mais pressão na crise democrática.

Ainda segundo o artigo de Marcelo Moreira, em contrapartida, o avanço da esquerda identitária também foi responsável por enfraquecer o sistema democrático. Alguns cientistas

sociais questionaram de forma incisiva a legitimidade da democracia liberal como forma eficiente de se alcançar avanços significativos nas pautas progressistas referentes à defesa de minorias. Segundo eles, o sistema é enviesado para favorecer as elites e é incapaz de promover igualdade e liberdade para todos de forma imparcial.

Segundo o livro, “Como as democracias morrem” (Levitsky; Ziblatt, 2018), a “reserva institucional” é um dos pilares que sustentam a base da democracia. Entende-se por reserva institucional o bom senso ao redor do espírito democrático, já que nem todas as regras e ações do jogo democrático são 100% descritas dentro da constituição e das leis. Logo, a maior incidência da utilização de impeachments para remover a oposição do poder acende um alerta para o enfraquecimento das reservas institucionais de diversos países. Os casos ocorridos em Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016) são casos em que não existe ilegalidade ou qualquer tipo de golpe de estado, entretanto o impeachment foi utilizado de forma indevida para solucionar alguma crise no governo, em um tipo de jogo duro constitucional (Levitsky; Ziblatt, 2018). Esse tipo de acontecimento ultrapassa os limites da razoabilidade democrática e, numa tentativa de derrubar os rivais partidários e promover seus próprios interesses, os agentes políticos colocam em risco a continuidade do jogo democrático.

Ainda segundo o livro “Como as democracias morrem”, a polarização e a radicalização ideológica crescente nos últimos anos também estão afetando um outro pilar principal da democracia, a “tolerância mútua”. A tolerância mútua representa a ideia de que, mesmo os partidos políticos tendo planos de governo e propostas diferentes, todos têm o mesmo direito de competir pelo poder se respeitarem as regras institucionais. Entretanto, com a perda de força dos setores moderados da política, ocorre um confronto entre adversários de posicionamentos radicais, que não se enxergam como adversários legítimos, mas sim como “inimigos mortais”. Essa dinâmica abre espaço para que os atores políticos se sintam no direito de tomar decisões que priorizem eliminar o seu adversário a qualquer custo, inclusive colocando todo o sistema democrático em jogo.

2.5 Alternativas para resgatar a democracia

Tendo como base as análises de dados e das literaturas acerca do assunto, foi possível concluir neste trabalho que ainda não é tarde para interromper a onda de autocratização atual e salvar a democracia. Para isso, é fundamental que os agentes políticos formem coalizões democráticas para reestruturar as “grades de proteção da democracia”, compostas pelos pilares de tolerância mútua e reserva institucional. Tendo isso como objetivo, é de extrema importância que os partidos realizem uma escolha criteriosa de seus candidatos, evitando a escolha de candidatos que apresentem as seguintes atitudes: 1) se recusam a seguir e aceitar as regras do jogo democrático; 2) questionam a legitimidade dos seus oponentes políticos; 3) instigam discursos de ódio e de violência contra opositores; 4)

ameaçam restringir liberdades individuais. Existindo essa coalizão entre os partidos, mesmo que seja tentador cooptar *outsiders* para ter uma maior chance de vitória, será possível evitar que candidatos populistas com opiniões radicais tenham apoios de grandes partidos.

Contudo, apesar desses esforços serem importantes para manter autocratas longe de partidos relevantes, eles não garantem a impossibilidade deles de concorrerem por cargos de liderança pública. Atualmente, as mídias sociais tornaram muito mais fácil e barato lançar uma campanha, e assim candidatos independentes podem entrar na disputa de forma competitiva mesmo sem grandes partidos para auxiliá-los. Por isso, faz-se fundamental a ação dos cidadãos de se conscientizarem sobre a situação de risco atual e se engajarem em prol da defesa da democracia. É preciso que os cidadãos se unam em uma visão comum e menos polarizada de suas nações e se tornem mais resistente às mentiras e ao ódio presentes nas mídias sociais, os quais estão constantemente instigando as pessoas a adotarem posturas polarizadas e inflamadas, deixando a racionalidade e a razoabilidade de lado.

Ademais, a política de escândalo precisa dar lugar a um embate civilizado acerca de propostas realistas para alcançar uma sociedade melhor. Enquanto os governantes qualificados estiverem mais preocupados em apontar obsessivamente os defeitos dos *outsiders* radicais, o debate vai favorecer o lado antidemocrático. Ao invés disso, eles devem focar em se conectar com as necessidades da população e apresentar propostas concretas que demonstrem que é possível resolver os problemas de uma sociedade por meios democráticos e respeitando sempre as liberdades individuais.

2.6 Como a polarização afeta a economia

A polarização política se refere às divisões ideológicas acentuadas que existem dentro de uma sociedade ou sistema político. Ela se tornou cada vez mais prevalente nos últimos anos, principalmente em nações democráticas. Embora o impacto da polarização política seja sentido em diversos aspectos da sociedade, também afeta significativamente a economia. Ainda é difícil estabelecer como polarização e desempenho econômico se relacionam, existe muita endogeneidade entre essas variáveis e poucos dados para serem analisados. Todavia, por meio da revisão literária feita nesse trabalho, pode concluir que a polarização afeta negativamente a economia.

Em primeiro lugar, a polarização política dificulta o processo de tomada de decisão, levando a impasses políticos e instabilidade. Quando partidos políticos e líderes estão profundamente divididos, torna-se difícil chegar a um consenso sobre várias questões econômicas, como tributação, regulação e política fiscal. Essa paralisia atrapalha o crescimento econômico e impede a implementação de medidas eficazes para enfrentar desafios econômicos. Investidores e empresas podem hesitar em tomar decisões de investimento de longo prazo, preferindo aguardar por estabilidade e clareza no cenário político. Como resul-

tado, o crescimento econômico é prejudicado e as oportunidades de criação de empregos e prosperidade diminuem.

Em segundo lugar, a polarização política reforça a imprevisibilidade e incerteza das políticas. Em um ambiente caracterizado por um partidarismo extremo, as políticas tendem a oscilar de um extremo a outro, dependendo de qual partido está no poder. Essa inconsistência dificulta a tomada de decisões informadas pelas empresas e o planejamento para o futuro. A imprevisibilidade das políticas econômicas, incluindo políticas comerciais, regulação e estruturas fiscais, pode perturbar modelos de negócios estabelecidos e desestimular investimentos. Quando a incerteza aumenta, as empresas tendem a adotar estratégias cautelosas, levando a redução de investimentos, congelamento de contratações e desaceleração do crescimento econômico.

Além disso, a polarização política também pode contribuir para a desigualdade de renda. Profundas divisões entre cidadãos e formuladores de políticas muitas vezes resultam em políticas distorcidas que beneficiam grupos de interesse específicos ou segmentos abastados da sociedade, muitas vezes às custas da maioria. O foco na ideologia e posições polarizadas pode negligenciar a necessidade de políticas econômicas equitativas que promovam o crescimento inclusivo e reduzam as disparidades de renda. Tal desigualdade pode criar instabilidade social, minar a coesão social e impactar negativamente a estabilidade econômica e a confiança no mercado.

Adicionalmente, a polarização política pode prejudicar a capacidade dos governos de enfrentar desafios de longo prazo. Questões como mudanças climáticas, saúde, educação e infraestrutura exigem planejamento sustentado e esforços cooperativos. No entanto, quando os políticos estão focados principalmente em avançar sua agenda partidária e marcar pontos políticos, os recursos e a atenção necessários para abordar esses desafios podem ser insuficientes. Essa falha em enfrentar questões críticas de maneira abrangente pode ter consequências econômicas duradouras.

Em conclusão, segundo minha análise, a polarização política tem ramificações substanciais para a economia. Ela dificulta a tomada de decisões, cria incerteza política, contribui para a desigualdade de renda e dificulta a capacidade de enfrentar desafios de longo prazo. Para mitigar esses efeitos, é crucial que as sociedades promovam um espírito de colaboração e compromisso entre líderes políticos, incentivem a comunicação eficaz e enfatizem a importância da formulação de políticas com base em evidências. Somente por meio de um esforço conjunto para superar as divisões ideológicas é que as economias podem prosperar e criar um futuro mais próspero para todos.

3 Polarização brasileira

3.1 Contexto brasileiro

Como vimos anteriormente, polarização política, democracia e crescimento econômico são variáveis complexas e ainda não existe uma literatura consensual que consiga demonstrar, de forma clara, um padrão entre suas interações numa escala mundial. Sendo assim, para compreender melhor a polarização política brasileira, é fundamental a realização de análises mais específicas em relação ao contexto brasileiro, as quais levem em consideração as particularidades do nosso país.

A América Latina é a região de maior desigualdade social do mundo, e o Brasil é um dos líderes nesse aspecto (Sposati, 2011) e (Netto, 2007). Ao mesmo tempo que nossa economia ganhou papel de destaque nas últimas décadas, a pobreza e a desigualdade mantiveram-se em patamares elevados relativamente a outros países desenvolvidos e, também, alguns emergentes. Segundo o estudo de Marcio Pochmann, “Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula”, publicado na revista SER Social em 2011, a busca pelo crescimento econômico, que marca a nossa trajetória democrática, é uma forma de fugir dos problemas estruturais básicos do nosso país. Esses problemas só seriam resolvidos por reformas complexas (agrária, tributária e social) e que gerariam um grande embate entre os grupos sociais.

Ao longo dos governos do PT, foram feitos alguns avanços para diminuir a pobreza e a desigualdade que, de fato, trouxeram um maior poder aquisitivo para as classes menos favorecidas e abriram algumas portas para a mobilidade social. Entretanto, não foram suficientes para mudar a dinâmica desigual que se estabelece como base da sociedade brasileira (Elisa, 2019). Independente dos pequenos avanços em momentos e circunstâncias específicas, o padrão de desigualdade brasileiro continua extremamente marcado por questões de raça e gênero.

No Brasil tivemos o período de escravidão mais longa do mundo, foram 354 anos em que a população negra teve sua humanidade negada e, mesmo após serem libertos, continuaram sendo vistos como inferiores e uma possível ameaça ao desenvolvimento do país (Souza, 2017). Mesmo depois de mais de um século, a população negra continua excluída, submetendo-se a trabalhos exploratórios em troca de recursos mínimos para sua sobrevivência. Se essa base não for alterada, nenhuma política social de combate à miséria e desigualdade vai ter efeito significativo. (Jessé Souza, 2009)

Esse contexto serve como base para compreender parte do embate atual entre as visões de direita e esquerda sobre o papel do Estado. De um lado a defesa de um Estado forte, que seja o principal responsável por trazer melhores condições de vida para a população, principalmente via redistribuição de renda. Do outro lado a defesa de um Estado menos atuante, que abra espaço para que o setor privado e o livre mercado prosperem e

gerem crescimento econômico. Esse conflito de opiniões é semelhante ao que ocorre em diversos outros países, principalmente nos EUA, e representa o centro da polarização dos projetos políticos brasileiros nos últimos anos.

A análise do processo de intensificação da polarização no Brasil é de extrema relevância para entender os desafios econômicos do país nas últimas décadas. As alterações no âmbito político e social exerceram grande influência no cenário econômico brasileiro, assim como o estado da economia também foi responsável por direcionar vários comportamentos dentro da política e da sociedade como um todo.

A atual trajetória democrática brasileira, iniciada em 1985 após 21 anos de ditadura militar, teve um início conturbado em um período marcado por alta inflação, desconfiança e imprevisibilidade. Entretanto, em 1994, com a implementação do Plano Real, o Brasil conseguiu alcançar a estabilidade econômica e retomou seu crescimento ancorado pelos setores de indústria, serviços e, principalmente, agropecuário. No início dos anos 2000, devido ao acelerado crescimento da China, a demanda por produtos primários aumentou significativamente em escala global, gerando o chamado “*Boom das commodities*” entre 2000 e 2014. O Brasil, sendo grande produtor e exportador de carne, milho, soja, café e muitos outros produtos primários, foi um dos grandes beneficiados durante esse ciclo. A criação do BRICS (sigla para Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), grupo de países emergentes com o propósito de obter desenvolvimento social e econômico por meio de cooperação entre os integrantes, também foi um grande facilitador para que o Brasil conseguisse aproveitar as oportunidades de comércio e investimentos.

Pela dimensão territorial brasileira e pela diversidade da população, as demandas sociais e econômicas de cada grupo e lugar são muito distintas, exigindo soluções complexas as quais acabam envolvendo diferentes vertentes de pensamento econômico em busca de um equilíbrio que agrade a todos. Por isso que, ao longo das últimas décadas, tivemos governos mais liberais e também governos mais à esquerda do espectro político, e essa alternância acabou por implementar um modelo desenvolvimentista em alguns momentos e liberal em outros.

O intervencionismo possui uma base forte nas ideias de Keynes (1936), em que é papel do Estado intervir na economia sempre que necessário para garantir maior proximidade com o pleno-emprego e renda da população. No caso brasileiro, essas ideias se juntaram ao ideal cepalino-estruturalista a partir do final dos anos 40 e assim avançou-se na ideia de desenvolvimentismo. Para isso, o desenvolvimentismo enxerga a produção industrial e o investimento em infraestrutura como medidas essenciais e coloca o Estado como principal responsável por executá-las. Já o liberalismo é fundamentado pelas ideias de Adam Smith, entre outros pensadores clássicos, e defende a intervenção mínima do Estado, as liberdades individuais e a autorregulação do mercado.

Mesmo que esses dois modelos, desenvolvimentista e liberal, pareçam ser opostos em suas ideias centrais, o Brasil vem tentando encontrar o equilíbrio entre eles nos últimos

anos. Pelo lado do liberalismo, a economia brasileira passou por um processo de abertura comercial, estímulos ao mercado privado e a propriedade privada, redução de burocracias e de participação do Estado em alguns setores. Todavia, o viés desenvolvimentista também se fez presente nas políticas de inclusão social e combate à pobreza e desigualdade por meio de redistribuição de renda e geração de empregos formais. .

A vertente de pensamento neoliberal explica que a desregulamentação da economia e a liberdade econômica com menor participação do estado são positivos para o crescimento econômico, ainda mais em um país emergente como o Brasil, o qual tem grande potencial de atrair investimentos externos (Castro e Martins, 2021). Entretanto, países com movimentos trabalhistas fortes, como o Brasil, têm um maior potencial de buscar estabilidade e crescimento econômico por meio da atuação do Estado. (Alvarez; Garret; Lange, 1991). Além disso, o Brasil ainda é um país com nível de pobreza significativo e baixo estoque de infraestrutura. De acordo com uma pesquisa do Banco Mundial de 2012, cerca de 60% do transporte de carga no Brasil era realizado pelas rodovias, apenas 18% delas encontravam-se pavimentadas e só 1% do PIB estava sendo destinado para a manutenção das vias. Esses seriam fortes argumentos a favor da existência de um Estado grande e forte, capaz de promover geração de empregos e desenvolvimento de infraestrutura, por exemplo.

Durante a primeira década do século XXI, de fato, o Brasil vivenciou um período de avanços sociais significativos. De 2002 a 2013, a pobreza no país caiu de 38% para 16% e a desigualdade, medida pelo Índice de Gini, também foi reduzida de 0,59 para 0,52 (Brito et al., 2019). Esse progresso foi resultado da combinação entre o bom desempenho econômico no período, graças a um cenário macroeconômico internacional favorável, e a redistribuição de renda por meio de benefícios sociais do governo (Pero e Cruz, 2015).

Programas de auxílio social, como o Bolsa Família, foram de extrema importância para ajudar famílias em situação de extrema pobreza. Outra política que foi responsável por retirar muitas pessoas da pobreza foi a política de valorização do salário mínimo, que impactou não só a renda ativa das pessoas, mas também contribuiu com a melhoria do benefício de aposentadoria (Brito; Kerstenetzky, 2019).

3.2 Interação entre o desempenho econômico e a polarização brasileira

Com o ciclo das *commodities* sinalizando o seu fim, o Brasil passou a apresentar sinais de enfraquecimento econômico a partir do início da segunda década do século XXI. O cenário internacional também não era muito favorável, visto que muitos países ainda estavam lidando com os problemas econômicos causados pela crise financeira mundial originada no setor imobiliário americano. De acordo com o IBGE, o crescimento do PIB brasileiro veio caindo de 7,5% em 2010, para 4% em 2011 e 1,9% em 2012.

Em junho de 2013, após ser anunciado um aumento no preço das passagens de transportes públicos em todo o Brasil, a população se revoltou e saiu às ruas para protestar

contra essa medida. Essa mobilização foi tomando proporções cada vez maiores e, à medida em que as manifestações aumentavam, mais pautas eram incluídas, como melhora nos serviços públicos de saúde, transporte e educação, exigência de transparência e combate à corrupção. Esse movimento foi conhecido como Jornadas de Junho de 2013 e marcou um ponto de inflexão na trajetória política do país (Nobre, 2013; Domingues, 2013).

Foi comprovado que as Jornadas de Junho não foram arquitetadas por um determinado grupo visando a algum interesse específico, mas sim foi um movimento popular amplo com participação de apoiadores de esquerda e de direita (SILVEIRA, 2016). Porém, esses protestos impulsionaram alguns movimentos conservadores de direita, como o Movimento Brasil Livre e o Vem pra Rua, os quais tiveram grande participação no processo de polarização política vivido posteriormente (João Miranda, 2017).

Esse período também foi marcado pela utilização da internet e de redes sociais como canal principal de mobilização social e disseminação de informações. A partir desses protestos, a tecnologia passou a exercer cada vez mais influência na política brasileira, promovendo manifestações maiores e mais intensas. O próprio funcionamento dos algoritmos das redes sociais foi responsável por intensificar a polarização política, não só no Brasil, mas no mundo todo. A disseminação de fake news e o surgimento de “bolhas virtuais”, que consomem apenas conteúdos ideologicamente direcionados, minaram a tolerância social e transformaram discussões políticas em guerras movidas por afeto (Jorge Machado, Richard Miskolci, 2019).

Outro evento importante para o entendimento do cenário político e econômico atual foi o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016. O segundo governo Dilma foi marcado pelo desempenho econômico ruim, com inflação de mais de dois dígitos e crescimento do PIB negativo nos anos de 2015 e 2016 (antes de sofrer Impeachment). Dilma também perdeu muito apoio devido ao seu suposto estelionato eleitoral, divulgando informações e tomando atitudes não condizentes com seus discursos da campanha eleitoral. Além de tudo, a Operação Lava-Jato avançava cada vez mais, expondo escândalos de corrupção durante os governos petistas (João Miranda, 2017).

Segundo o livro *Como as democracias morrem* (Levitsky; Ziblatt, 2018), a saída de Dilma não pode ser considerada um golpe, uma vez que todos os procedimentos de Impeachment seguiram conforme a lei. Todavia, pode ser considerado um “jogo duro constitucional” utilizado de forma indevida e que vai contra os princípios democráticos. O processo de Impeachment foi um dos grandes intensificadores da polarização política entre petistas e antipetistas. Muitos antipetistas posicionaram-se a favor do Impeachment sem nem mesmo entender seu motivo, apenas por querer derrotar o seu inimigo político e os petistas enxergaram tudo como um grande golpe, o que despertou sentimentos muito fortes de indignação.

3.3 Trajetória da polarização eleitoral brasileira

Por mais que estudos demonstrem que ainda não é possível afirmar categoricamente a existência de uma polarização ideológica no Brasil, as duas últimas eleições acenderam um alerta. Em 2018, o candidato construído como “outsider” Bolsonaro venceu as eleições com uma agenda mais conservadora e impulsionado pelo sentimento antipetista. Essa eleição foi o gatilho para que a extrema direita ganhasse espaço, enxergando na figura de Bolsonaro uma liderança até então inexistente no cenário brasileiro.

A princípio, em eleições passadas, os candidatos seguiam a estratégia de se posicionarem mais próximos do espectro central sobre temas morais mais delicados para evitarem altas rejeições de grupos específicos da população. O debate se concentrava majoritariamente na diferença de propostas moderadas de centro-esquerda e centro-direita no âmbito econômico. Contudo, diferentemente de todas as outras disputas eleitorais travadas entre candidatos do PT e do PSDB, a eleição de 2018 foi marcada por grandes choques de visões sobre esses temas morais polarizados, como a legalização do aborto, facilitação do porte de armas, descriminalização das drogas, casamento homossexual, entre outros.

Não há dúvidas de que a polarização afetiva negativa em relação ao petismo foi responsável pela ascensão do bolsonarismo (André Bello, 2022). Os estudos agora estão focados em entender se o bolsonarismo, de fato, está se consolidando como estrutural e ideológico. Caso esse seja o caso, o Brasil estaria só no começo de um ciclo de muito desgaste para o seu cenário político, suas instituições e sua democracia como um todo. O alinhamento político ao redor dessa polarização ideológica promoveria cada vez mais conflito em relação a questões de gênero, raça, renda e religião, dividindo completamente a população.

Estudos recentes apontam que o Brasil possui uma polarização justamente baseada em um ressentimento social em relação às minorias. Com o avanço de movimentos sociais em uma velocidade maior nos últimos anos, parte da população passou a se sentir ameaçada, julgando que seus costumes e tradições estão sendo colocados em risco (Fuks; Marques, 2022).

Esse ressentimento levanta a hipótese da possível existência de uma guerra cultural no Brasil. Ou seja, a população estaria dividida em relação aos valores e crenças. Segundo Clausewitz (Sobre a Guerra, 1832), “A guerra é um ato de força para obrigar nosso inimigo a fazer nossa vontade”. Sendo assim, uma guerra cultural seria uma guerra sobre a própria base da sociedade, em que os dois lados tentam impor sua visão de mundo aos seus inimigos. Essa guerra pode ser muito mais profunda e perigosa que uma guerra tradicional. Ela pode ser mais lenta e silenciosa, mas também tem potencial para levar democracias ao seu fim e culminar em atos de extrema violência (Hunter, 1991).

Sempre vão existir crenças distintas entre as pessoas de um mesmo país, não necessariamente isso vai ser um problemas. Até pouco tempo, muitos pesquisadores

afirmavam que as guerras culturais eram um grande mito, uma vez que os seres humanos são centristas e as questões morais são incapazes de se sobrepor às questões econômicas (Ansolabehere; Rodden; Snyder Jr., 2006; Fiorina; Abrams; Pope, 2005). Entretanto, cada vez mais estudos corroboram com a ideia de que as guerras culturais são reais e as pessoas estão mais preocupadas com as questões morais do que com questões econômicas complexas, as quais muitas vezes não são nem compreendidas pela maioria (André Bello, 2022).

A religião é um dos aspectos que mais influenciam na divisão cultural. Geralmente é um assunto sensível, conectado a maioria dos valores do indivíduo e que provoca reações intensas das pessoas. É um tópico que, diferentemente da maioria, possui um grande potencial de posicionar as pessoas nos extremos de opiniões, originando conflitos e gerando consequências negativas para o setor político.

No Brasil, de acordo com uma pesquisa da Datafolha de 2020, cerca de 81% da população é cristã, sendo 50% católicos e 31% evangélicos. Isso demonstra que a população brasileira não é tão heterogênea nesse aspecto, o que corroboraria com a ideia de que não existiria polarização ideológica. Assuntos como aborto, prostituição e liberação de drogas ainda não são tidos como polarizados, já que uma maioria esmagadora do povo brasileiro é totalmente contra. Entretanto, os indicadores mostram que existe um movimento progressista ao redor desses tópicos e, ao longo dos próximos anos, as coisas devem ser diferentes (Pablo Ortellado, Marcio Moretto Ribeiro, Leonardo Zeine, 2022).

Temas políticos e econômicos, como a privatização de empresas, redistribuição de renda e tributação de riquezas são exemplos de assuntos mais polarizados no Brasil (Pablo Ortellado, Marcio Moretto Ribeiro, Leonardo Zeine, 2022).. Esses tópicos foram o foco da discussão política desde a redemocratização, mas perderam força a partir da eleição de 2018. Os escândalos de corrupção ao longo do governo do PT e a agenda moral advinda da campanha de Jair Bolsonaro foram os responsáveis por levantar essa hipótese de uma guerra cultural.

Como o Brasil é um país marcado por desigualdades sociais e uma pequena parcela da população concentra a maior parte das riquezas, a adoção de políticas pró-mercado durante os primeiros governos gerou grande rejeição da população. E, assim como na maioria dos outros países da América Latina, que também sofrem com pobreza e desigualdade, partidos e candidatos de esquerda ganharam força (BAKER; GREENE, 2011). Foram principalmente os posicionamentos do PT acerca do tamanho e papel do Estado, Bolsa Família, previdência e privatizações que contribuíram para a sua eleição e manutenção no poder por tanto tempo (BAKER; GREENE, 2015).

A eleição de 2002 foi marcada pelo confronto de José Serra do PSDB e Lula do PT. Enquanto Lula era a favor da reforma agrária e da não privatização de empresas estatais, Serra adotava o posicionamento contrário em relação a esses temas. Em 2006, Lula foi reeleito em um segundo turno contra o candidato Geraldo Alckmin do PSDB. Nessa eleição,

o candidato do PT teve o seu discurso focado em exaltar seus projetos de assistência social, principalmente o Bolsa Família. Dessa forma, a parcela mais pobre da população alinhou-se em sua maioria com o candidato petista e assim nasceu a divisão demográfica que se manteve em todas as eleições posteriores, em que os eleitores do Nordeste invariavelmente direcionam a maioria de seus votos em candidatos do PT (SINGER, 2012; ZUCCO; POWER, 2013). Foi a partir da eleição de 2010, entre os principais candidatos José Serra e Dilma Rousseff que as pautas morais começaram a surgir nos debates com mais intensidade. Nesse ano, a discussão sobre legalização do aborto foi o principal tema não relacionado à economia e gerou grande mobilização das igrejas, as quais direcionaram seus votos para o candidato do PSDB.

Existiram outros acontecimentos fora do período eleitoral que também contribuíram com a migração da agenda política para temas morais. Em maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) realizou uma mudança no código civil, reconhecendo a união de pessoas do mesmo sexo. Essa alteração, provocou uma reação negativa das igrejas católicas e evangélicas, e gerou movimentações internas significantes na política. Deputados mais conservadores passaram a buscar espaço dentro de comissões ligadas a pautas progressistas, como a Comissão de Direitos Humanos, com o único propósito de obstruir as propostas que não estavam de acordo com seus valores morais.

Outra passagem importante para compreender a ascensão dos conflitos morais e o possível surgimento de uma guerra cultural no Brasil, foi a Lei de Cotas, aprovada pelo Congresso Nacional em 2012. Essa lei determina que as instituições públicas federais de ensino devem garantir uma parte de suas vagas para candidatos negros, indígenas, estudantes de escola pública, pessoas com deficiência e de baixa renda. Em 2018, pela primeira vez na história, o IBGE constatou que existem mais estudantes pretos e pardos matriculados em faculdades públicas do que estudantes brancos. Essa estatística comprova que a política de cotas vem tendo bons resultados e cumprindo o seu propósito, mesmo assim, ainda causa muita polêmica e é vista como ruim por uma parcela significativa da população brasileira.

A eleição de 2018 foi, até então, a mais polarizada da história democrática brasileira. Seus protagonistas foram Haddad do PT e Bolsonaro do PSL, enquanto os outros candidatos não tiveram chances de figurar no segundo turno. O PT planejava que Lula fosse novamente seu candidato à presidência, entretanto ele foi preso alguns meses antes da eleição e deixou de ser uma alternativa do partido. Esse foi um baque grande para o Partido dos Trabalhadores, que, por mais que possuísse uma base forte de eleitores, perdeu bastante apoio devido à ausência de sua figura principal. Nessa eleição, a agenda moral foi tópico central e deixou questões econômicas e políticas relativamente de lado. Além da legalização do aborto, já mencionada em eleições anteriores, temas como casamento homossexual, cotas raciais, porte de armas e descriminalização de drogas estiveram presente em diversos debates e foram decisivos para definir o voto dos eleitores. As acusações de corrupção

também fizeram parte da estratégia da maioria dos partidos, mas teve maior impacto contra o candidato do PT, visto que durante seus últimos governos, a presidenta Dilma havia sofrido um impeachment e, também, foram expostos vários escândalos de corrupção pela Operação Lava Jato.

Em 2022, o foco na agenda moral se repetiu. Dessa vez Lula e Bolsonaro, talvez os dois políticos mais importantes e influentes até hoje na nossa recente democracia, travaram uma disputa acirrada que resultou na vitória do candidato petista. Foi uma eleição marcada pelo embate das duas principais forças do cenário político atual, o bolsonarismo e o petismo. O bolsonarismo sendo formado principalmente pela parcela mais conservadora e religiosa da população e o petismo representando grande parte dos progressistas e das minorias sociais.

No artigo de André Bello, realizado em 2022, foi realizada uma análise aprofundada sobre a possível existência de polarização política e de guerras afetivas no Brasil. Os resultados encontrados demonstraram que, de forma geral, a polarização política é inexistente no Brasil. Entretanto, foi constatado um alinhamento de alguns grupos sociais a certos posicionamentos relacionados a valores morais e econômicos. Pessoas de idades diferentes apresentaram visões distintas em relação a temas morais e, em regiões diferentes do país, a população apresentou posicionamentos heterogêneos sobre pautas econômicas. Além disso, as análises descobriram que a renda do indivíduo é o fator que mais afeta o posicionamento político dos brasileiros, exercendo grande influência tanto em temas morais quanto econômicos.

Também foi possível constatar que os votos relacionados ao PT estão mais ligados a questões políticas e econômicas, enquanto os votos em Bolsonaro são em sua maior parte oriundos de um alinhamento moral. Em eleições anteriores, os políticos evitavam adentrar assuntos morais polêmicos, pois eram assuntos delicados com potencial de gerar alta rejeição da população brasileira. Dessa forma, os eleitores também não tinham necessidade de adotar um posicionamento convicto sobre temas morais, evitando qualquer polarização política na sociedade. Por isso que, mesmo não sendo comprovada a existência de polarização política relevante, a inclusão de temas delicados no debate político e o alinhamento moral abre portas para o possível surgimento de uma guerra cultural no Brasil e serve de alerta (Fuks; Marques, 2020).

3.4 Perfil da polarização brasileira

A maior parte da literatura sobre polarização está concentrada na análise do cenário dos Estados Unidos. Todavia, diferentemente dos EUA, o sistema eleitoral brasileiro é proporcional e com amplas coalizões partidárias. Esse modelo permite a existência de um ambiente político mais plural e consensual (Lijphart, 2008) e por isso as análises empregadas a outros modelos não devem ser aplicadas de forma descuidada ao contexto

brasileiro. Dessa forma, a produção de conteúdo específico sobre o modelo brasileiro é de extrema importância para entender as suas particularidades e para a compreensão da polarização em si, e como ela se comporta em diferentes sociedades.

Ainda existem dúvidas se o alinhamento político de fato é responsável por polarização política. Para alguns pesquisadores, o alinhamento partidário ocorre por identificação ideológica, mas não necessariamente causa polarização (Fiorina; Abrams 2008). Já para outros, o alinhamento partidário é a base para a polarização, separando cada vez mais a sociedade em grupos mais extremos e de opiniões distintas (Abramowitz; Jacobson, 2006). Normalmente, os estudos analisam esse alinhamento político por meio da identificação positiva dos eleitores e os partidos, o que talvez não seja tão interessante para o cenário brasileiro.

Diferentemente dos Estados Unidos, a população brasileira não se polariza ao redor de partidos políticos, mas sim de líderes políticos. O primeiro presidente depois da redemocratização, Fernando Collor, fazia parte de um partido recém-criado e foi eleito como *outsider*. Esse fato já pode ser entendido como um ótimo sinal do rumo que a política brasileira tomaria.

Durante algum tempo, alguns estudiosos acreditavam que a disputa entre PT e PSDB se transformaria em algo parecido com o que acontece entre Republicanos e Democratas nos Estados Unidos (Limongi; Cortez, 2010). Todos os segundos turnos das eleições posteriores ao governo Collor tiveram na disputa presidencial um representante do PT e outro do PSDB, isso favoreceu muito essa visão de que existia polarização e esta era baseada na identificação ideológica da população entre esses dois partidos.

Apesar disso, pesquisas seguintes puderam demonstrar que não existia identificação partidária forte entre a maioria dos eleitores do partido do PSDB. Na verdade, os votos recebidos pelo partido eram, em grande parte, advindos da parcela da população que se identificava como antipetista (Samuels; Zucco, 2018). Em 2002, cerca de 66% das pessoas antipetistas direcionaram seus votos para o PSDB e, em 2010, essa quantidade já representava 82% (Carreirão, 2007; Ribeiro; Carreirão; Borba, 2011). Esses estudos foram comprovados na prática durante a eleição de 2018, em que os eleitores antipetistas migraram seu voto para Bolsonaro e o candidato do PSDB totalizou apenas 4,76% dos votos válidos, ficando fora da disputa do segundo turno (Rennó, 2020).

Ao longo do período de governo petista, alguns estudiosos foram capazes de demonstrar que, apesar da divisão de votos entre PT e PSDB, os eleitores de ambos os partidos possuíam visões políticas e econômicas parecidas, sinalizando não haver polarização ideológica (Borges e Vidigal, 2018). Após realizar diversos programas sociais para trazer maior qualidade para as pessoas necessitadas, o PT se alinhou com a parcela da população mais pobre, principalmente do Nordeste do país. Enquanto isso, crises econômicas e escândalos de corrupção como o da Lava Jato foram responsáveis por criar a parcela antipetista da população ao longo dos 4 mandatos do PT.

Tendo em vista a realidade da educação brasileira, a maioria dos brasileiros ainda não possui conhecimento suficiente para diferenciar de forma concreta posições de direita ou de esquerda no espectro político e econômico (Carreirão, 2002; Ames; Smith, 2010). E, por mais que avanços no acesso à informação estejam acontecendo, segundo pesquisa do PoderData em 2023, cerca de 33% da população ainda não sabe definir seu posicionamento ideológico. Dessa forma, não há nada que indique a existência de polarização política ideológica entre dois partidos principais no Brasil, existe apenas uma polarização afetiva ao redor dos eleitores petistas e antipetistas. Esse modelo de polarização ao redor de um único partido não é único da sociedade brasileira, também está presente em outros países latinos como Argentina, com o Peronismo, e no México com o Partido Institucional Revolucionário (PRI) (Greene, 2007; Levitsky; Murillo, 2008).

Sendo assim, o processo de construção ideológica faz o caminho reverso. Ao invés dos eleitores se posicionarem politicamente de acordo com suas próprias visões de mundo, eles primeiro se posicionam contra ou a favor do partido petista para depois moldarem suas opiniões sobre pautas políticas, econômicas e às vezes até morais. Os indivíduos, então, buscam um alinhamento ideológico cada vez maior com o seu grupo, e entendem o grupo rival e seus apoiadores como inimigos, rejeitando e afrontando tudo que é apoiado por eles.

Segundo o artigo de André Bello (2023), o sentimento de antipetismo cresceu muito desde a eleição de 2014. Segundo ele, a polarização política no cenário brasileiro é dinâmica e assimétrica com viés para o antipetismo. Ou seja, a polarização ser dinâmica significa que ela muda bastante a cada ciclo temporal, adquirindo intensidades diferentes a depender do contexto político e econômico principalmente. Por exemplo, as taxas de juros internacionais e a cotação das *commodities* são algumas das variáveis econômicas globais que parecem distantes da realidade dos eleitores mas influenciam muito nos ciclos de polarização dinâmica (Campello e Zucco 2015).

A análise detalhada do cenário político e econômico brasileiro presente nesse capítulo revela como a polarização política vem se desenvolvendo ao longo do tempo e, ainda, como tem moldado os desenvolvimentos sociais e econômicos mais recentes do país. Este capítulo discutiu as implicações de uma sociedade dividida, onde as flutuações políticas afetam diretamente a estabilidade econômica e social.

A conclusão de André Bello (“Polarização política dinâmica: evidências do Brasil”, 2023) sobre o caráter dinâmico e assimétrico da polarização política no Brasil destaca que este fenômeno não segue uma linha ideológica clara entre partidos, mas sim manifesta-se de forma volátil e predominantemente em torno de sentimentos antipetistas. A polarização é influenciada por variáveis econômicas globais e contextos políticos que mudam ao longo do tempo, mostrando uma fluidez que se adapta e se intensifica conforme as circunstâncias exigem. Este padrão dinâmico evidencia que as convicções políticas dos brasileiros podem ser mais maleáveis e orientadas por conjunturas específicas do que por ideologias profundamente enraizadas. A assimetria, com uma inclinação para sentimentos antipetistas, sugere

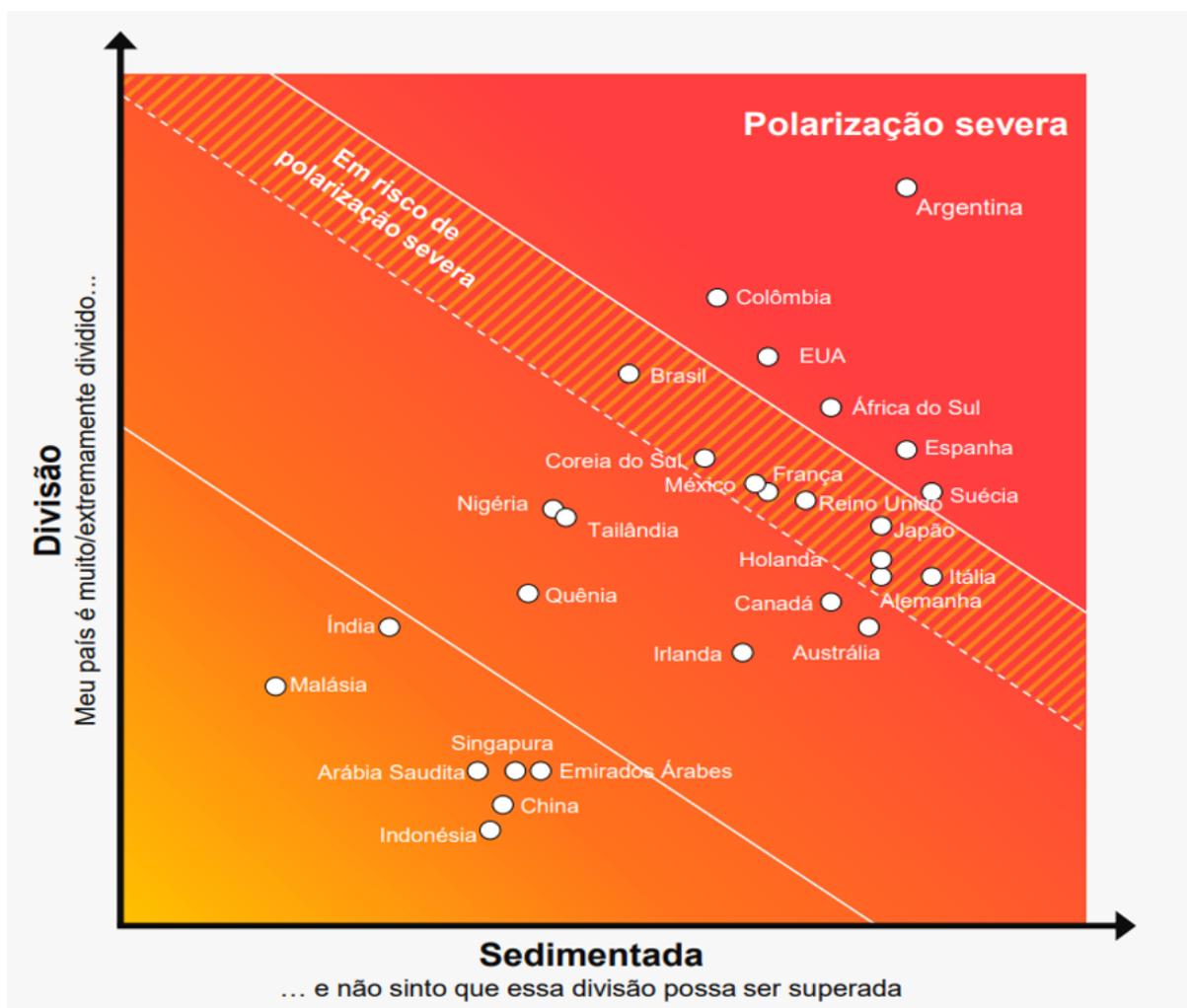
que a polarização é menos sobre divisão equitativa de opiniões e mais sobre reações fortes contra o PT, moldando a política nacional de maneira desproporcional e favorecendo o surgimento de “outsiders” como Bolsonaro.

4 Análise de dados sobre a polarização brasileira

Neste capítulo serão analisados dados acerca da polarização e de outras variáveis conectadas a esse tema. Foram utilizados dados das seguintes fontes de dados: Eldeman Trust Barometer, The World Bank, Latin American Public Opinion Project (LAPOP Data), V-Dem Institute, World Value Survey, Quaest e Datafolha. Para a elaboração dos gráficos, foram utilizados períodos de tempos distintos, de acordo com o propósito de análise de cada gráfico e a disponibilidade dos dados em cada pesquisa. A ideia é entender um pouco melhor o perfil da polarização brasileira, seu comportamento ao longo dos últimos anos e quais são os fatores de influência nessa variável tão complexa. Como foi explicado no primeiro capítulo, existem diferentes técnicas para medir o nível de polarização de uma sociedade, entretanto, utilizaremos apenas autorrelatos em pesquisas de opinião para a elaboração das análises desse capítulo.

Inicialmente, é interessante entendermos qual o cenário de polarização atual do Brasil. De acordo com o Eldeman Trust Barometer de 2023, o Brasil está localizado em uma região de polarização moderada, porém está entre os países em risco de migrar para uma polarização severa. Segundo a pesquisa que envolveu mais de 32 mil pessoas de 28 países, o Brasil é o quarto país com maior divisão entre a população, apenas atrás de Argentina, Colômbia e Estados Unidos. Entretanto, está localizado apenas em décimo oitavo lugar em relação à sedimentação do cenário polarizado. Ou seja, a população brasileira enxerga uma grande divisão na sociedade atual, mas ainda acredita que as coisas podem melhorar e essa divisão pode ser superada. Vejam as informações no Gráfico 1:

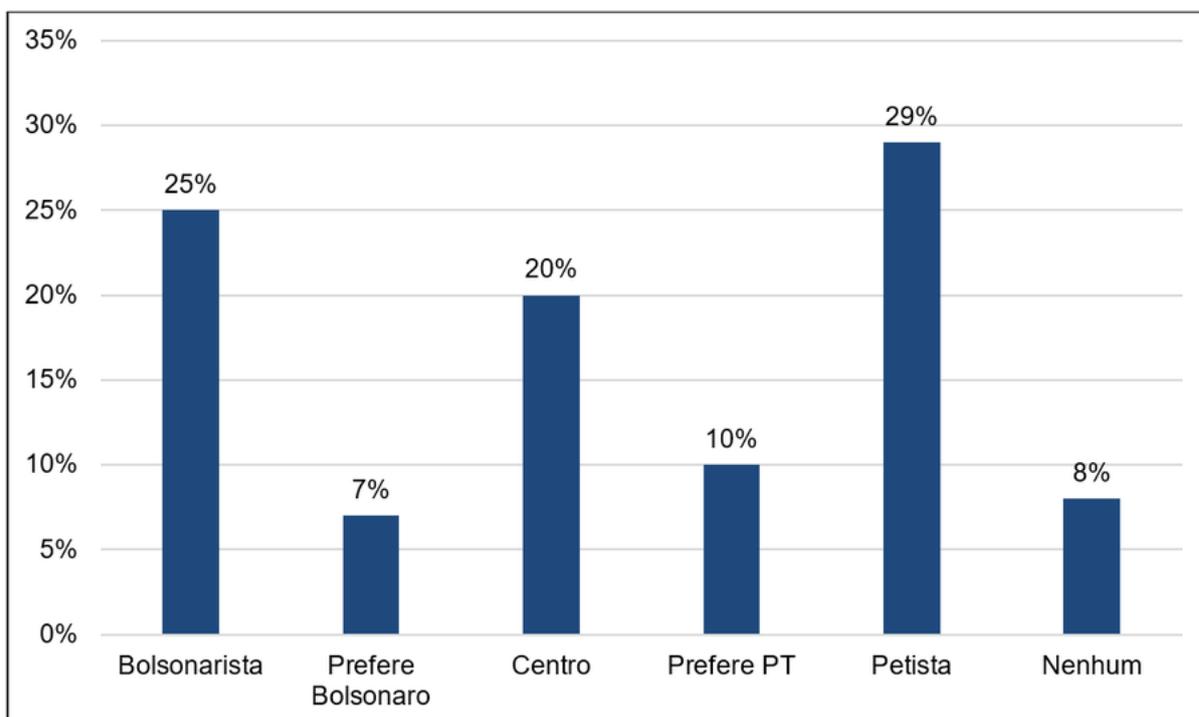
Gráfico 1 – Nível de Polarização Política ao redor do mundo



Fonte: Elaboração e dados retirados do Eldeman Trust Barometer 2023.

Segundo pesquisa da Datafolha de setembro de 2023, a população brasileira está dividida ao redor de dois pontos principais: PT (Lula) e Bolsonaro. De acordo com o levantamento que envolveu mais de 2 mil pessoas, 29% dos eleitores se consideram petistas e 25% se consideram bolsonaristas. O restante da população está distribuído entre esses 2 polos, como pode ser visto no gráfico 2.

Gráfico 2 – Preferência Política no Brasil



Fonte: Elaboração própria com base nos dados Datafolha (2023).

Essa divisão da sociedade brasileira passou a influenciar no comportamento das pessoas. Ainda segundo levantamento da Eldeman Trust Barometer de 2023 em conjunto com uma pesquisa da Quaest do mesmo período, esses foram os comportamentos que mais chamaram atenção em relação à influência da polarização na vida dos brasileiros (vejam Tabela 1):

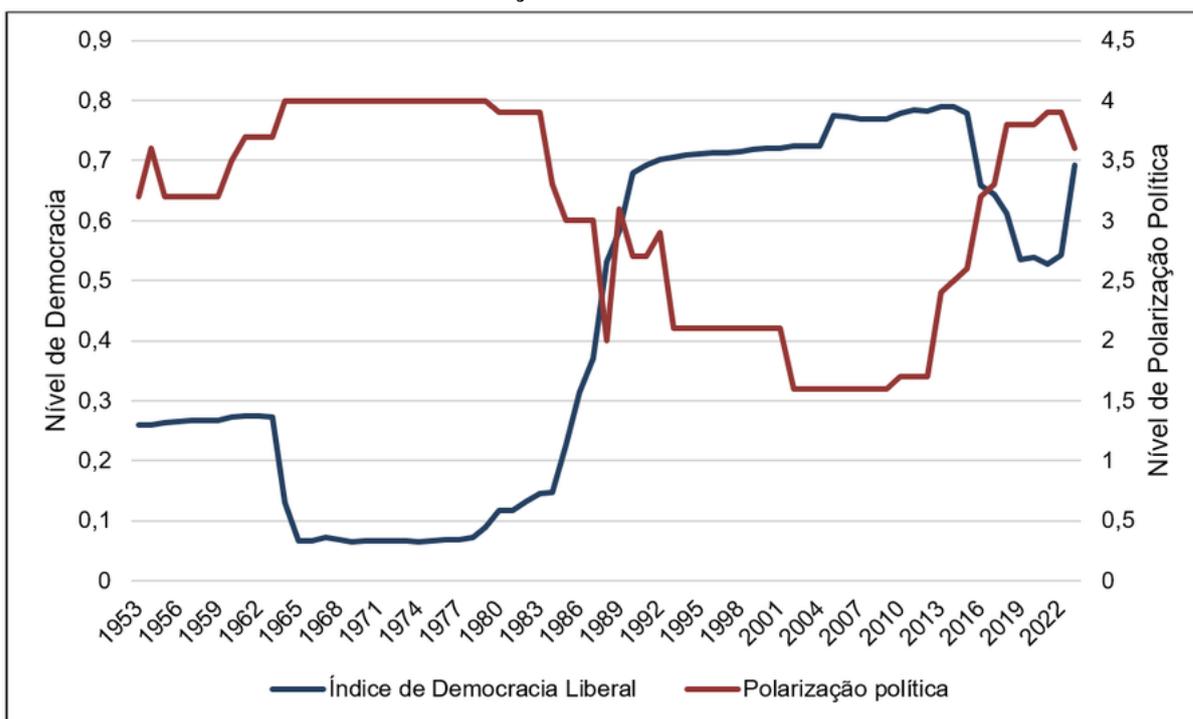
Tabela 1 – Dados estatísticos sobre a polarização política brasileira

Conhecem alguém que rompeu relações por causa de política	54%
Sairiam do país se tivessem condições	41%
Preferem assistir um canal de TV que concorda com o seu ponto de vista	35%
Reprovariam o casamento do filho com alguém que votou em outro candidato	29%
Ajudariam alguém que pensa muito diferente se ela precisasse	29%
Morariam na mesma vizinhança de alguém que pensa muito diferente	21%
Trabalhariam com alguém que pensa muito diferente	22%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Eldeman Trust Barometer (2023) e Quaest (2023).

O gráfico 3 a seguir leva em consideração duas variáveis medidas pelo instituto V-Dem, o Índice de Polarização Política e o Índice de Democracia Liberal. Foi selecionado um período de análise longo para poder observar como esses indicadores se relacionaram ao longo das transições democráticas do Brasil nas últimas décadas.

Gráfico 3 – Polarização Política x Democracia no Brasil



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Instituto V-Dem.

O Índice de Polarização Política varia de 0 (nenhuma percepção de polarização por parte da população) a 4 (percepção de alta polarização por parte da população) e leva em consideração a forma como as discordâncias políticas podem influenciar as relações pessoais, não apenas em debates sobre política, mas no dia a dia. Uma sociedade é muito polarizada quando pessoas de grupos políticos diferentes evitam conviver harmoniosamente, seja em eventos familiares, organizações comunitárias, momentos de lazer ou no trabalho.

O índice de democracia liberal leva em consideração a proteção dos direitos de indivíduos e minorias contra abusos do governo ou da maioria. Essa abordagem critica o excesso de poder político e defende restrições ao governo por meio de leis fortes, liberdades garantidas pela Constituição, um sistema judiciário autônomo e um equilíbrio entre os poderes que restringe a ação do Executivo. Para avaliar democracias liberais, também se considera o quão democráticas são as eleições. Esse índice varia de 0 (ausência total de liberdade democrática) e 1 (democracia liberal perfeita). O índice de polarização política é calculado por meio de pesquisa de opinião, enquanto o índice de democracia no Brasil é calculado por meio da análise de vários pontos considerados fundamentais para o funcionamento ideal de um sistema democrático.

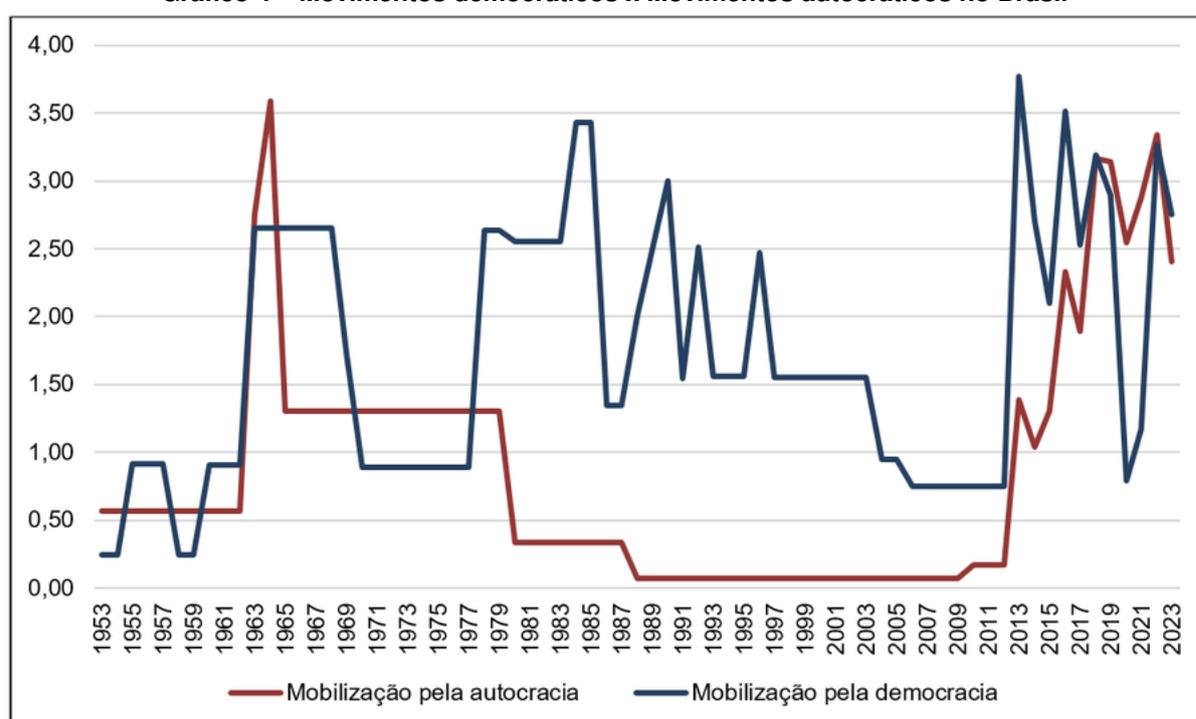
Analisando o gráfico 3, pode-se perceber que, no período que precede a transição para o regime militar, o indicador de polarização sobe de 3,2 para 4 (polarização máxima) e só volta a ter um valor abaixo de 3 após o final do período de ditadura. Durante o governo Lula a polarização estabilizou-se em seu menor patamar (1,6) e voltou crescer no governo Dilma, atingindo valores muito próximos do máximo a partir de 2018. Todavia, em 2023 a

polarização caiu pela primeira vez nos últimos 20 anos (3,9 para 3,6), o que representa um passo importante para o futuro da democracia brasileira.

Também é possível perceber a correlação negativa entre Polarização Política e Democracia, sempre que a polarização se movimenta para uma direção, a democracia se movimenta para a direção contrária. Isso mostra que a inflexão de tendência do Índice de Democracia a partir do período Dilma em 2015 levou o Brasil a uma situação de risco democrático durante o governo Bolsonaro, com polarização média de 3,85 durante seu governo.

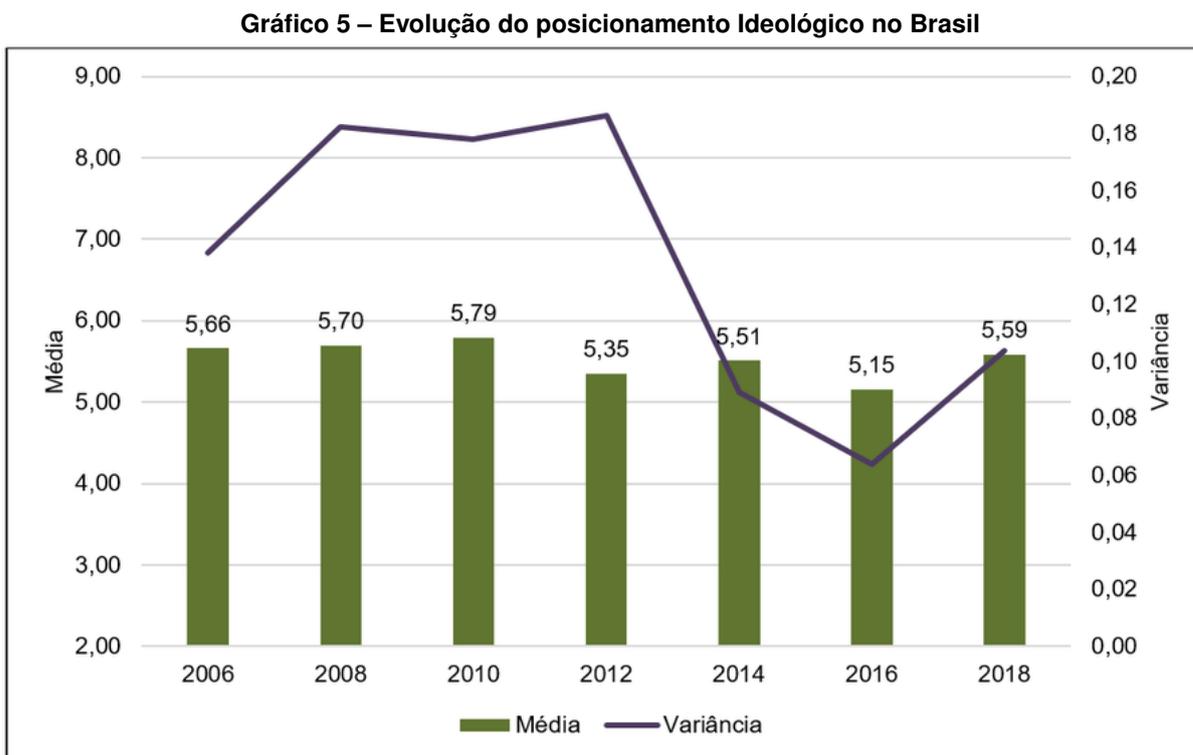
Os dados do gráfico 4 abaixo também corroboram com essa análise, demonstrando que, durante o governo Bolsonaro, os índices de mobilização em nome de uma ditadura se elevaram a patamares muito próximos aos de 1964, ano do golpe militar. Entretanto, a resposta em defesa à democracia atingiu patamares recordes e garantiu a proteção do sistema democrático. A combinação de níveis elevados de mobilizações democráticas e autocráticas também explica os altos índices de polarização observada no período. Esses índices foram calculados por meio de pesquisa de opinião, em que a resposta “0” significa que praticamente não existiram movimentos, e a resposta “4” significa que existiram muitos movimentos de pequena e larga escala.

Gráfico 4 – Movimentos democráticos x Movimentos autocráticos no Brasil



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Instituto V-Dem.

Para entendermos um pouco melhor sobre as características da polarização dos últimos anos, é preciso analisar algumas outras variáveis. Primeiramente, vamos analisar o posicionamento ideológico da população brasileira (vejam gráfico 5):



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Latin American Public Opinion Project (LAPOP).

Esse gráfico representa o posicionamento da população brasileira no espectro ideológico econômico e político. As barras verdes representam a média do posicionamento ideológico anual da população, onde uma nota 10 indica um posicionamento totalmente de direita e uma nota 1 indica um posicionamento totalmente de esquerda. A linha roxa representa a variância dessas médias ao longo dos anos, ou seja, é um indicador da polarização ideológica. Isso acontece pois, quanto maior a concentração do posicionamento ideológico nas extremidades, maior vai ser a variância registrada naquele ano.

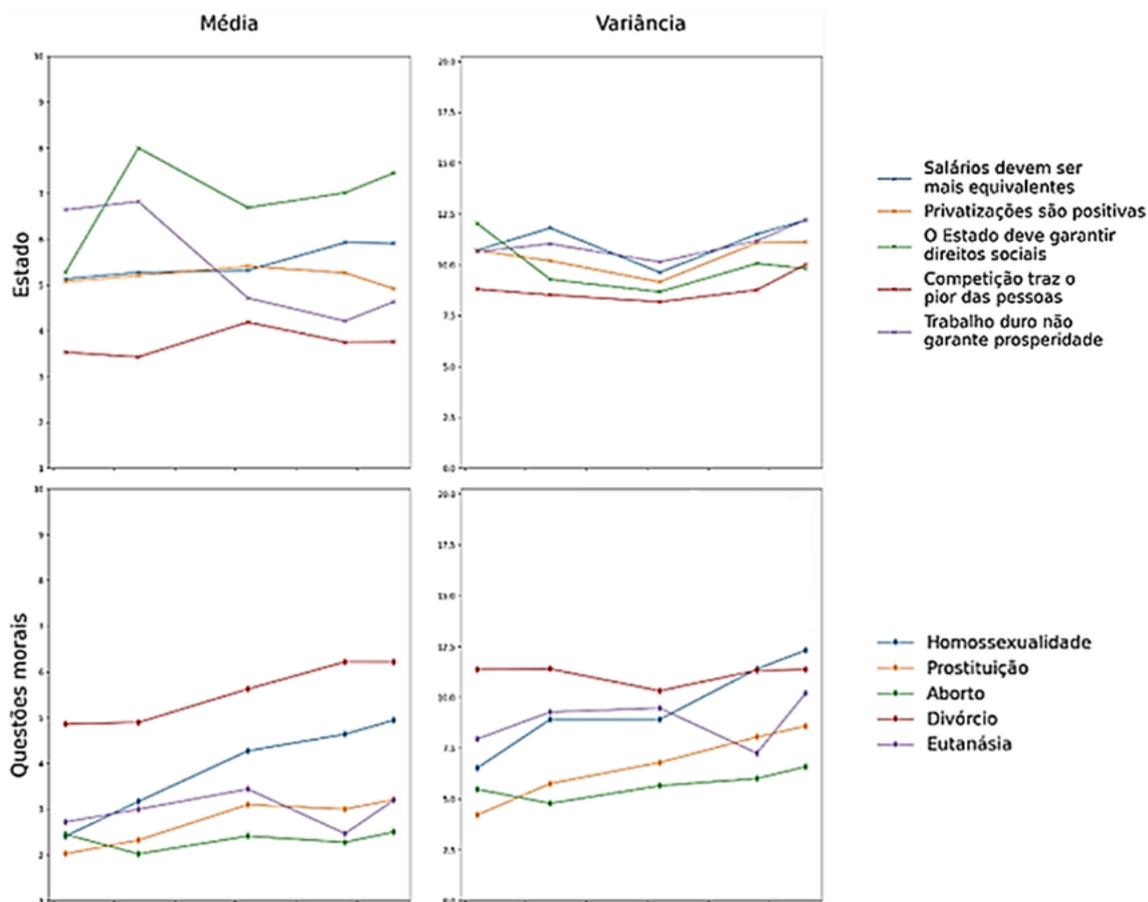
Observa-se que a média do posicionamento ideológico se manteve relativamente estável ao longo dos anos, variando entre 5,15 e 5,79. Isso sugere um equilíbrio na distribuição das tendências ideológicas, com a média flutuando próximo ao centro do espectro político, equivalente a 5,5. A linha azul mostra uma tendência de diminuição da variância entre 2008 e 2014, indicando que as opiniões políticas estavam se tornando menos dispersas, ou seja, mais concentradas em torno da média. No entanto, a partir de 2016, a variância passa a aumentar.

Essa análise sugere que, embora os dados de 2018 revelem um leve aumento da variância e do posicionamento de direita, isso é insuficiente para demonstrar um crescimento significativo da polarização ideológica no Brasil. Sendo assim, existem evidências de que a polarização política crescente, registrada no gráfico 1 a partir de 2012, não possui um caráter predominantemente ideológico, mas sim afetivo.

Por meio da análise de dados sobre temas ideológicos, morais e econômicos, é possível perceber que a sociedade brasileira ainda é, em média, mais conservadora, se

posicionando contra a legalização do aborto, prostituição e eutanásia. A homossexualidade não era reconhecida como justificável pela maioria das pessoas na década de 1990, entretanto, hoje já possui apoio de uma parcela significativa da população e, por isso, tornou-se o tema mais polarizado entre os analisados. O aborto ainda está entre os temas mais polarizados da sociedade, o que reforça o caráter conservador da maior parte da população brasileira. Vejam o gráfico 6:

Gráfico 6 – Evolução da polarização brasileira em relação a temas ideológicos



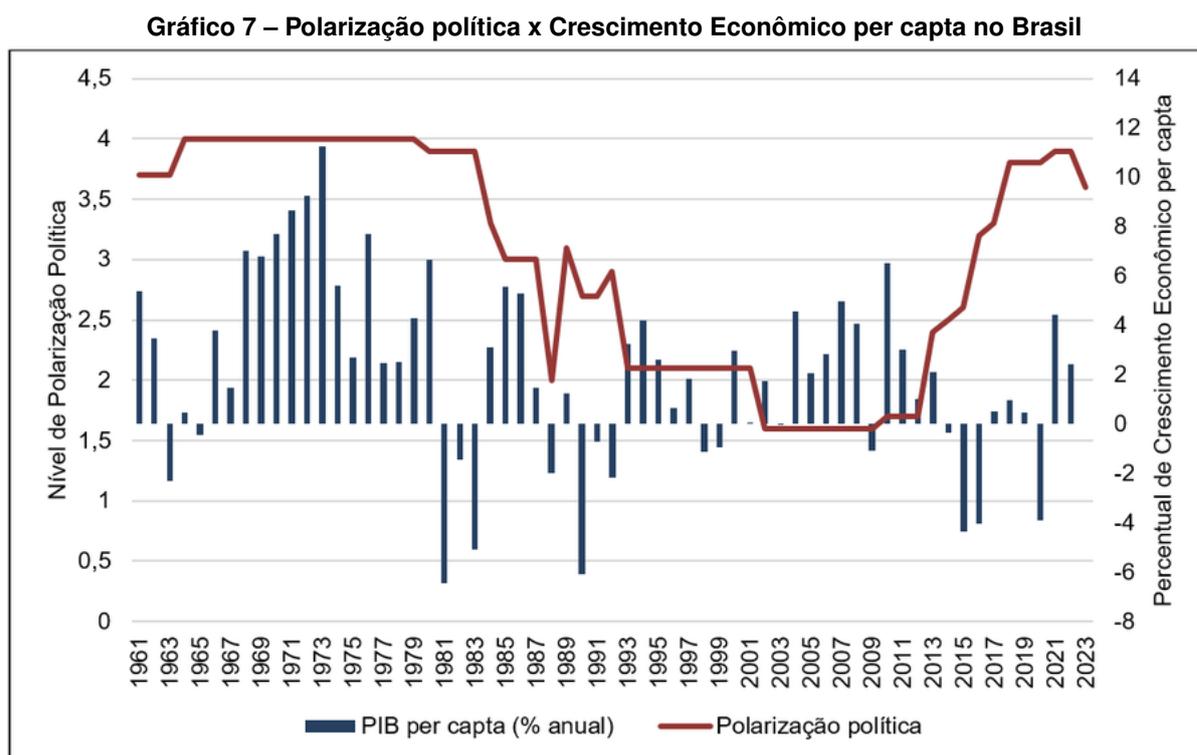
Fonte: Elaboração do artigo: Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião (Pablo Ortellado, Marcio Moretto Ribeiro, Leonardo Zeine) com dados da World Values Survey (WVS), 1991, 1997, 2007, 2014, 2018.

No artigo “Existe polarização política no Brasil” (Pablo Ortellado, Marcio Moretto e Leonardo Zeine, 2022), essa mesma base de dados foi analisada e, segundo os pesquisadores, a polarização observada possui um marcante componente geracional e parece ser impulsionada por alterações nos costumes sociais, que amplificaram o conservadorismo entre as gerações mais antigas, um fenômeno também notado na Europa e nos Estados Unidos, conforme apontado por Norris e Inglehart em seu trabalho de 2019, “ Cultural backlash: Trump, Brexit and authoritarian populismo”. Foi destacado pelos autores brasileiros que a polarização nas identidades políticas de esquerda e de direita é mais intensa entre os mais velhos e os de menor escolaridade. Este padrão de polarização identitária nos mais

velhos está em linha com a literatura global que sugere que estas pessoas tendem a ser mais politizadas no sentido tradicional.

Diante dos dados e do estudo de Pablo Ortellado de 2022, ao analisarmos a conexão entre identidades políticas e opiniões ideológicas, percebemos uma correspondência entre as visões morais e as identidades políticas, tanto de esquerda quanto de direita, porém, essa correspondência não tem mostrado um aumento ao longo do tempo. Ou seja, a polarização acerca dos temas citados anteriormente, representada pela variância das médias de cada ano, não apresentou evolução significativa que justifique a alta polarização política presente no Brasil nos últimos anos, reforçando o caráter afetivo da polarização.

Sendo assim, buscaremos outras explicações para a polarização brasileira por meio da utilização de dados sobre outros fatores. Primeiramente, é interessante colocar em perspectiva o cenário econômico do país para identificar possíveis relações com a polarização da sociedade. O gráfico 7 apresenta a variação percentual do PIB per capita e o índice de polarização política.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Instituto V-Dem e The World Bank data.

Três momentos são particularmente importantes de serem analisados nesse gráfico: a transição para a ditadura militar em 1964, o retorno do sistema democrático em 1985 e a última década como um todo.

Em relação ao período que precede o início da ditadura militar, foram registradas quedas na variação do PIB per capita de 5,37% em 1961, 3,48% em 1962 e -2,32% em 1963. Além disso, como foi visto no gráfico 4, os primeiros registros de altos índices de mobilização

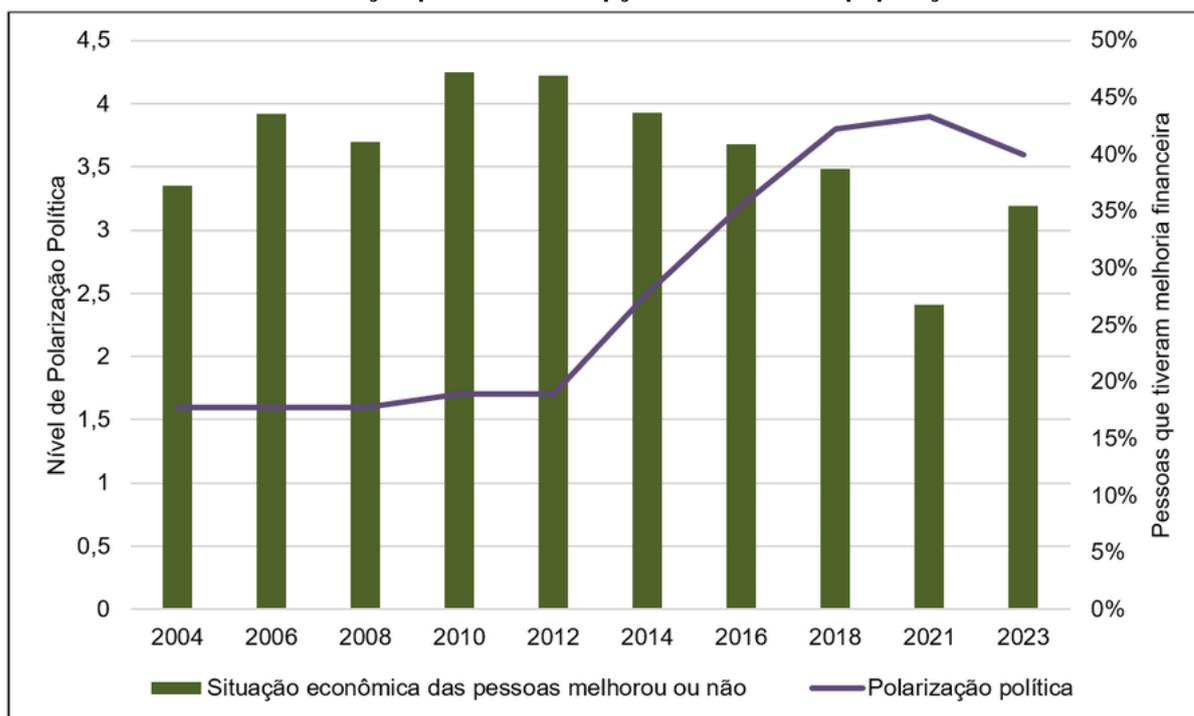
pela autocracia surgiram em 1963. Dessa forma, podemos perceber que poderia haver alguma relação entre o mau desempenho econômico do país, a polarização política e a transição antidemocrática ocorrida em 1964.

Durante os primeiros 15 anos da ditadura militar, o Brasil teve um bom desempenho econômico e conseguiu mais do que dobrar o PIB per capita dos brasileiros (de R\$6.265,76 em 1965 para R\$14.637,69 em 1980, alta de 133%). Todavia, nos anos que antecederam a volta da democracia, o Brasil passou por grandes dificuldades econômicas e registrou uma queda acumulada no PIB per capita de 9,8% entre os anos de 1980 e 1984. E, segundo o gráfico 4, durante o mesmo período, as mobilizações pela democracia ganharam força e resultaram no fim do regime militar em 1985.

A partir de 2013, durante o primeiro governo Dilma, os índices de polarização começaram a se elevar novamente depois de quase 30 anos de uma tendência de queda. Em 2018 o índice de polarização já estava beirando o seu valor máximo, o que culminou no processo eleitoral mais polarizado até então, entre Fernando Haddad, candidato do PT, e Jair Bolsonaro, “outsider” do PSL. Entre 2013 e 2018, enquanto a polarização na sociedade aumentava, o Brasil enfrentava uma recessão econômica severa, registrando queda acumulada no PIB per capita de 7,2% no período, puxado pela grande recessão enfrentada nos anos de 2015 e 2016. Ou seja, novamente um período de polarização política está acompanhado de um mau desempenho econômico.

O gráfico 8 abaixo apresenta o indicador de percepção econômica, que indica a visão individual das pessoas em relação a sua própria situação financeira em relação ao último ano. Quanto maior for a porcentagem desse indicador, maior será a quantidade de pessoas que acreditam estar melhor financeiramente em relação ao ano anterior.

Gráfico 8 – Polarização política x Percepção econômica da população brasileira



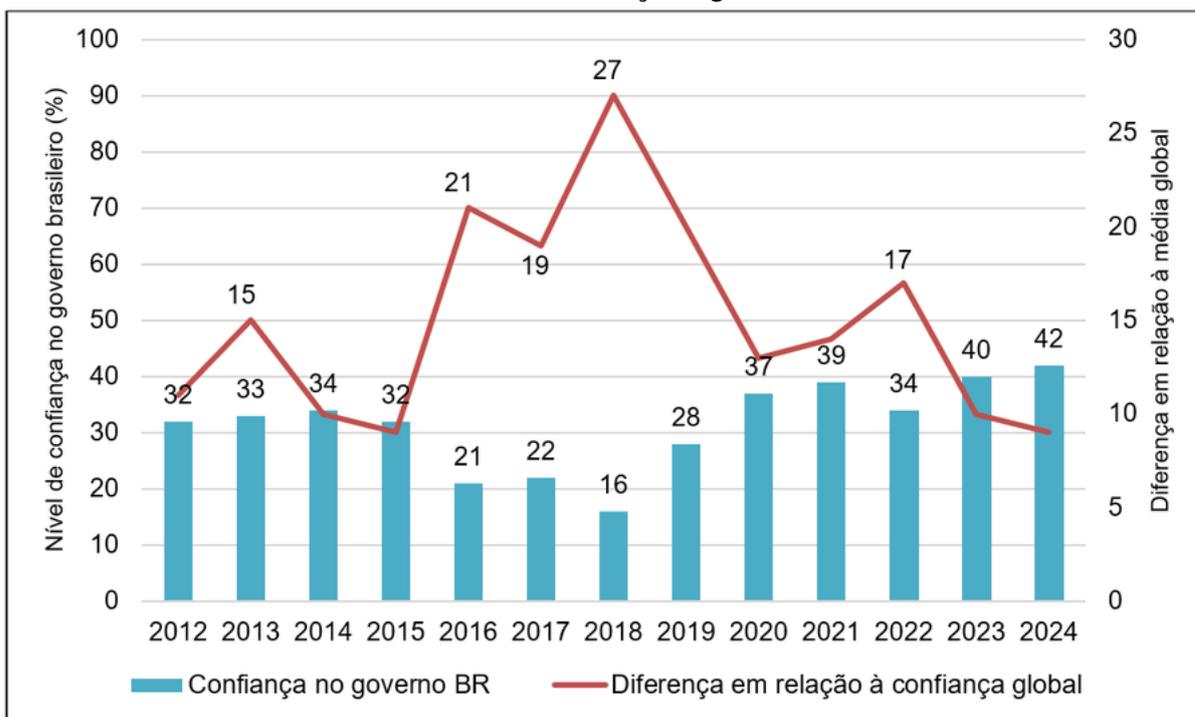
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Instituto V-dem e Latin American Public Opinion Project (LAPOP).

Por meio da análise do gráfico 8, é possível observar que a tendência de queda na percepção financeira das pessoas a partir de 2012 acompanha a tendência de alta no índice de polarização política.

Logicamente, existe uma alta possibilidade de existir endogeneidade entre o desempenho econômico e a polarização política de um país. Todavia, não podemos descartar que a conexão entre essas duas variáveis existe e, no caso brasileiro, a situação econômica do país pode ser um dos grandes explicadores para polarização, transformando o sentimento de insatisfação econômica em mobilização política à procura de mudanças.

Um outro fator que tem relevância na análise da degradação democrática e da polarização política é a confiança da população no governo e nas instituições. Segundo o gráfico 9, é possível perceber que a confiança da população brasileira no seu governo permaneceu pelo menos 9 pontos percentuais abaixo da média de confiança mundial. Os anos de 2016, 2017 e 2018 registraram o período de menor confiança no governo, chegando a registrar uma diferença de 27 pontos percentuais em relação ao restante do mundo.

Gráfico 9 – Índice de confiança no governo brasileiro



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Eldeman Trust Barometer.

Durante esse período, a Operação Lava-Jato deflagrada em 2014, revelando escândalos de corrupção e condenando pessoas ligadas ao cenário político ficou bem conhecida de todos os brasileiros. Além disso, o “jogo duro constitucional” que levou ao processo de Impeachment de Dilma Rousseff em 2016 é outro fator que sugere como a insatisfação política da população brasileira influenciou na queda do nosso índice democrático e no aumento da polarização. Em março de 2016, uma pesquisa realizada pela Datafolha mostrou que 68% dos entrevistados eram a favor do impeachment, enquanto 27% eram contra e 5% estavam indecisos.

Talvez a queda de confiança observada em 2022 seja consequência da má administração do governo Bolsonaro no cenário de pandemia, tendo repercutido na CPI da COVID em 2021 e também com algumas denúncias de corrupção associadas a seus filhos e parceiros políticos durante o período final de seu mandato. As eleições de 2022 elegeram um novo presidente, que buscou formar uma frente ampla e trazer diferentes espectros políticos para seu governo, vide a escolha de seu vice, anteriormente um adversário do campo político. A melhora no índice de confiança de 2023 e 2024 parece estar ligada a uma retomada democrática no país. Que continuemos no caminho da democracia!

5 Conclusão

Este estudo buscou analisar a complexa interação entre polarização política, democracia e economia no Brasil, revelando que a polarização possui um caráter predominantemente afetivo, marcado pela divisão entre petismo e antipetismo. Este fenômeno não se baseia tanto em ideologias políticas sólidas mas em sentimentos e lealdades, conferindo à polarização brasileira um dinamismo peculiar, onde as emoções dos cidadãos respondem rapidamente a mudanças contextuais e a novas informações.

Os dados mostraram que o fenômeno de polarização brasileira está conectado a momentos de instabilidade econômica e queda de confiança no governo. A combinação de todos esses fatores corrobora com a degradação do sistema democrático. Por meio da análise de dados, também foi possível perceber várias semelhanças entre o processo de transição para ditadura militar em 1964 e a trajetória recente que levou Bolsonaro ao poder e, depois, à sua não reeleição e sua inelegibilidade. Isso demonstra que a democracia brasileira está mais forte e que as mobilizações em prol do sistema democrático prevaleceram. Entretanto, também podemos observar o cenário recente como um sinal de alerta para que algo seja feito para diminuir a divisão na sociedade, visto que de fato chegamos bem perto de transitar para um regime autoritário.

Segundo as análises, foi possível perceber que, a polarização brasileira ainda é considerada moderada, com potencial de se tornar mais severa. Por isso, é o momento de mobilizar nossas forças para mudar a tendência atual e voltarmos a ter um país mais unido ao redor de objetivos comuns. Diferentemente de outros países, onde a divisão já está sedimentada, no Brasil existe muito mais dinamicidade para alterar essa realidade e a própria população ainda enxerga esse processo como reversível.

Os dados analisados reforçam que a polarização afetiva intensifica conflitos sociais e dificulta o progresso econômico ao criar um ambiente de incerteza política. Isso é especialmente verdadeiro no Brasil, onde o embate entre petismo e antipetismo tem alimentado um ciclo de instabilidade política e econômica que desafia os mecanismos tradicionais de governança democrática e retardam o crescimento econômico.

Para enfrentar esses desafios, algumas alternativas podem ser sugeridas a partir dos dados do documento. Primeiramente, a educação cívica pode ser fortalecida nas escolas e na mídia, visando a formação de uma população mais informada sobre o funcionamento da democracia e a importância da tolerância política. Além disso, campanhas de mídia que promovam o respeito mútuo e o diálogo entre diferentes grupos políticos podem ajudar a suavizar as divisões afetivas.

Incentivar o engajamento em questões além da política partidária, como o voluntariado comunitário e iniciativas de desenvolvimento local, podem também ajudar a reduzir a polarização ao fomentar um senso de comunidade e responsabilidade compartilhada. Reformas políticas que promovam sistemas eleitorais mais representativos e menos susceptíveis

à polarização extrema também deveriam ser consideradas, como a adoção de votações em dois turnos para mais cargos executivos ou o reforço das regras de financiamento de campanha para diminuir a influência do dinheiro na política.

Sugere-se, ainda, a realização de estudos adicionais que possam explorar a relação entre a exposição a mídias sociais e a polarização afetiva, considerando a prevalência crescente das redes sociais como espaços de debate político. Estudos que acompanhem as alterações na polarização política em resposta a eventos econômicos ou políticos específicos também seriam valiosos para entender melhor como essas dinâmicas se desenvolvem e persistem ao longo do tempo.

Por fim, pesquisas focadas no impacto de políticas públicas destinadas a mitigar a desigualdade econômica e social podem oferecer insights sobre como reduzir a base da polarização, promovendo um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. Estes estudos não apenas contribuiriam para uma compreensão mais aprofundada da polarização política brasileira, mas também para a elaboração de estratégias mais eficazes para fortalecer a democracia no Brasil.

6 Referências Bibliográficas

- Abramowitz, A. I.; Jacobson, G. C. "Disconnected, or joined at the hip?". In: Pietro NOVOLA, P.; BRADY, D. (eds). *Red and Blue Nation? Characteristics and Causes of America's Polarized Politics*. Washington: Brookings Institution Press, 2006.
- Abramowitz, A. I.; Saunders, K. "Is polarization a myth?". *J. Politics*, v. 70, n. 2, p. 542-555, 2008.
- Abramowitz, A. I.; Webster, S. "The rise of negative partisanship and the nationalization of U.S. elections in the 21st century". *Electoral Stud.*, v. 41, p. 12-22, 2016.
- Ahler, D. J.; Sood, G. "The parties in our heads: misperceptions about party composition and their consequences". *J. Politics*, v. 80, n. 3, p. 964-981, 2018.
- Alvarez, R. Michael; Garrett, Geoffrey; Lange, Peter. "Government partisanship, labor organization, and macroeconomic performance". *American Political Science Review*, v. 85, n. 2, p. 539-556, 1991.
- Ames, B.; Smith, A. E. "Knowing left from right: ideological identification in Brazil 2002-2006". *Journal of Politics in Latin America*, v. 2, n. 3, p. 3-38, 2010.
- Anna Lührmann & Staffan I. Lindberg (2019). "A third wave of autocratization is here: what is new about it?". *Democratization*, v. 26, n. 7, p. 1095-1113.
- Bakshy, E.; Messing, S.; Adamic, L. A. "Exposure to ideologically diverse news and opinion on Facebook". *Science*, v. 348, n. 6239, p. 1130-1132, 2015.
- Bartels, L. M. "Beyond the running tally: partisan bias in political perceptions". *Political Behav.*, v. 24, n. 2, p. 117-150, 2002.
- Billig, M.; Tajfel, H. "Social categorization and similarity in intergroup behavior". *Eur. J. Soc. Psychol.*, v. 3, n. 1, p. 27-52, 1973.
- Boxell, L. "Is the Internet causing political polarization? Evidence from demographics". *American Economic Review*, 2017.
- Brito, Alessandra Scalioni; Kerstenetzky, Celia Lessa. "Has the minimum wage policy been important for reducing poverty in Brazil? A decomposition analysis for the period from 2002 to 2013". *Economia*, v. 20, n. 1, p. 27-43, 2019.
- Carreirão, Y. "Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006". *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, p. 307-339, 2007.
- Carreirão, Y.; Ribeiro, E.; Borba, J. "Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros". *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 333-368, 2011.
- Castro, Vítor; Martins, Rodrigo. "Government ideology and economic freedom". *Journal of Comparative Economics*, v. 49, n. 1, p. 73-91, 2021.
- Clausewitz, C. von. *Vom Kriege (Sobre a Guerra)*. Berlim: Dümmlers Verlag, 1832.
- Druckman, J. N.; Levendusky, M. S.; McLain, A. "No need to watch: how the effects of partisan media can spread via interpersonal discussions". *Am. J. Political Sci.*, v. 62, n. 1, p. 99-112, 2018.

Duverger, M. *L'Influence des systèmes électoraux sur la vie politique*. Paris: Armand Colin, 1951.

Fiorina, M.; Abrams, S.; Pope, J. *Culture War? The Myth of a Polarized America*. New York: Pearson-Longman, 2005.

Fiorina, M. P.; Abrams, S.; Pope, J. "Polarization in the American public: misconceptions and misreadings". *J. Politics*, v. 70, n. 2, p. 556-560, 2008.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. "Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018". *Opinião Pública*, v. 26, n. 3, p. 401-430, 2020.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. "Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil". *Opinião Pública*, v. 28, n. 3, p. 560-593, 2023.

Gaertner, S.; Dovidio, J.; Anastasio, P.; Bachman, B.; Rust, M. "The common ingroup identity model: recategorization and the reduction of intergroup bias". *Eur. Rev. Soc. Psychol.*, v. 4, n. 1, p. 1-26, 1993.

Gerber, A. S.; Huber, G. A. "Partisanship and economic behavior: Do partisan differences in economic forecasts predict real economic behavior?". *Am. Political Sci. Rev.*, v. 103, n. 3, p. 407-426, 2009.

Greene, K. F. *Why dominant parties lose: Mexico's democratization in comparative perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Healy, A.; Malhotra, N. "Retrospective voting reconsidered". *Annu. Rev. Political Sci.*, v. 16, p. 285-306, 2013.

Hetherington, M.; Rudolph, T. *Why Washington Won't Work: Polarization, Political Trust, and the Governing Crisis*. Chicago: Univ. Chicago Press, 2015.

Hunter, J. D. *Culture wars: the struggle to define America*. New York: Basic Books, 1991.

Iyengar, S.; Konitzer, T.; Tedin, K. "The home as a political fortress: family agreement in an era of polarization". *J. Politics*. In press

Iyengar, S.; Krupenkin, M. "The strengthening of partisan affect". *Adv. Political Psychol.*, v. 39, S1, p. 201-218, 2018.

Iyengar, S.; Sood, G.; Lelkes, Y. "Affect, not ideology: a social identity perspective on polarization". *Public Opin. Q.*, v. 76, n. 3, p. 405-431, 2012.

Iyengar, S.; Westwood, S. J.; Lelkes, Y.; Levendusky, M. S.; Malhotra, N.; McGrath, M. C. "The Origins and Consequences of Affective Polarization in the United States". *Annual Review of Political Science*, 2012.

Klar, S.; Krupnikov, Y.; Ryan, J. B. "Affective polarization or partisan disdain? Untangling a dislike for the opposing party from a dislike of partisanship". *Public Opin. Q.*, v. 82, n. 2, p. 379-390, 2018.

Keynes, J. M. *The General Theory of Employment, Interest, and Money*. London: Macmillan, 1936.

Lelkes, Y.; Westwood, S. J. "The limits of partisan prejudice". *J. Politics*, v. 79, n. 2, p. 485-501, 2017.

Levendusky, M. S. "Partisan media exposure and attitudes toward the opposition". *Political Commun.*, v. 30, n. 4, p. 565-581, 2013.

Levendusky, M. S.; Malhotra, N. "Does media coverage of partisan polarization affect political attitudes?". *Political Commun.*, v. 33, n. 2, p. 283-301, 2016.

Levendusky, M. S.; Malhotra, N. "(Mis)perceptions of partisan polarization in the American public". *Public Opin. Q.*, v. 80, S1, p. 378-391, 2016.

Levitsky, S.; Ziblatt, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Lijphart, A. *Modelos de democracia*. São Paulo: Planeta, 2008.

Limongi, F.; Cortez, R. "As eleições de 2010 e o quadro partidário". *Novos Estudos CEBRAP*, v. 88, p. 21-37, 2010.

Mason, L. "I disrespectfully agree: the differential effects of partisan sorting on social and issue polarization". *Am. J. Political Sci.*, v. 59, n. 1, p. 128-145, 2015.

McGrath, M. C. "Economic behavior and the partisan perceptual screen". *Q. J. Political Sci.*, v. 11, n. 4, p. 363-383, 2017.

Miranda, J. V. S. "O conflito de interpretações nas esquerdas a respeito das manifestações de junho de 2013". *Revice - Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 422-435, ago./dez. 2017.

Moreira, M. S. *Salvar a democracia! Possibilidades e limitações da literatura sobre a crise da democracia*. 44º Encontro da ANPOCS - GT11 - Democracias em Declínio: desafios políticos, teóricos & analíticos. Universidade Federal de Lavras (2020).

Mounk, Y. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Müller, J.-W. *What is Populism?*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

Netto, José Paulo (2007). "Desigualdade, pobreza e Serviço Social". *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro*. Dossiê Serviço Social na América Latina. Rio de Janeiro, n. 19, pp. 135-170.

Nobre, Marcos. (2013) *O Imobilismo em movimento: Da redemocratização ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ortellado, P.; Ribeiro, M. M.; Zeine, L. "Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 28, nº 1, p. 62-91, 2022.

Pero, V.; Da Cruz, G. F. "A queda da pobreza no Brasil: Mudanças no perfil e nos determinantes na entrada do 2º milênio". In: 43º Encontro Nacional de Economia (ANPEC), 2015.

Pochmann, Marcio. "Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula". *SER Social*, Brasília, v. 13, n. 28, p. 12-40, jan./jun. 2011.

- Puglisi, R.; Snyder, J. M. "Newspaper coverage of political scandals". *J. Politics*, v. 73, n. 3, p. 931-950, 2011.
- Rennó, L. "The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections". *Latin American Politics and Society*, vol. 62, n° 3, 2020.
- Rosa, E. Z. "Ressonância: Polarização política, desigualdade social e dimensão subjetiva da realidade". 2019.
- Runciman, D. 2018. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.
- Samuels, D. J.; Zucco, C. *Partisans, antipartisans, and nonpartisans: voting behavior in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- Sears D. 1975. "Political socialization". In *Handbook of Political Science*, Vol. 2, ed. F Greenstein, N Polsby, pp. 93–154. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Singer, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.
- Smith, A. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. London: W. Strahan and T. Cadell, 1776.
- Sposati, Aldaiza (2011). "Tendências latino-americanas da política social no século 21". *R. Katál. Florianópolis*, v. 14, n. 1, jan./jun., pp. 104-115.
- Stoker, L. "Life-cycle transitions and political participation: the case of marriage". *Am. Political Sci. Rev.*, v. 89, n. 2, p. 421-433, 1995.
- Zucco, Cesar; Power, Timothy J. "Bolsa Família and the shift in Lula's electoral base, 2002-2006: a reply to Bohn". *Latin American Research Review*, v. 48, n. 2, p. 3-24, 2013.